

ANTÓNIO LOPES

# GRUPO DESPORTIVO ESTORIL PRAIA

Memórias de um Clube



CASCAIS  
Câmara Municipal

# **Grupo Desportivo Estoril Praia**

## **Memórias de um Clube**

**ANTÓNIO LOPES**

com a colaboração especial de João Fortes Rocha

**CASCAIS**

Câmara Municipal



## Prefácio

O Grupo Desportivo Estoril Praia, no âmbito das comemorações dos seus 85 anos de vida, tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de atividades comemorativas desta efeméride tão significativa.

Com um passado repleto de conquistas e momentos de glória, mas também de situações em que a capacidade de resiliência e sobrevivência foi fulcral para os últimos anos de sucesso desportivo e infraestrutural, jamais se deve deixar de salientar o papel do clube na formação de milhares de jovens que, através de uma prática desportiva consequente em dezenas de modalidades, se tornaram melhores desportistas e, sobretudo, cidadãos de excelência.

É esse o azimute que deve continuar a nortear a vida do clube, assegurando desta maneira o papel formativo que tão relevante tem sido para a nossa comunidade.

Este ensaio da autoria do historiador António Lopes, para o qual escrevo este prefácio, é mais um importante contributo para o património material e imaterial do clube, prestando justa homenagem a centenas de atletas, treinadores e dirigentes e, acima de tudo, importa dizer que se trata de mais um momento de regozijo para os milhares de sócios apaixonados pelo Estoril Praia (onde orgulhosamente me incluo) que têm levado o nome do município de Cascais e do nosso país a ser conhecido aquém e além-fronteiras.

Sendo que Cascais foi a primeira capital portuguesa do voluntariado no ano de 2024, torna-se da mais elementar justiça salientar o papel de milhares de voluntários ao longo dos anos, fundamentais para o funcionamento quotidiano das organizações desportivas, culturais e sociais da nossa comunidade.

A historiografia do Estoril Praia, da nossa região e por extensão do desporto português fica mais enriquecida com esta obra, que adquire por direito próprio um estatuto distintivo no que concerne à divulgação de alguns factos e momentos históricos sobre os primórdios da história do clube que de forma inédita são aqui e agora publicados.

Muito obrigado ao autor pelo excelente trabalho de investigação realizado e parabéns aos adeptos e sócios do Grupo Desportivo Estoril Praia por mais um aniversário.

Viva o Grupo Desportivo Estoril Praia. Viva Cascais!



Carlos Carreiras

*Presidente da Câmara Municipal de Cascais*



## Nota prévia

Escrever sobre os acontecimentos de um clube, do qual as vicissitudes do tempo e da vida associativa fez desaparecer grande parte da documentação, e sobre os quais é escassa a memória pública e dos associados em particular, que por vezes se torna seletiva, lembrando apenas os momentos gloriosos, revelou-se uma tarefa não só difícil, como merecedora de um necessário distanciamento e isenção para tentar cumprir com o necessário rigor histórico. Por outro lado, o fenómeno desportivo toca em emoções, nem sempre fáceis de transpor para o papel, tarefa agravada com o passar dos anos. Contar esses factos, essas pequenas (grandes) histórias, que espero que transpareçam neste livro, apesar do longo período histórico abrangido ou da diversidade de acontecimentos, não é tarefa fácil, não só sintetizar como escolher. Instituição de Utilidade Pública, Medalha de Mérito Desportivo, Medalha de Mérito Municipal de Cascais, detentor de diversas distinções, o Estoril Praia é hoje uma entidade incontornável na vida do concelho de Cascais, sendo essa a linha mestra deste estudo.

Para melhor compreender a realidade de cada momento da vida do Grupo Desportivo Estoril Praia, inserimos alguma contextualização desportiva nacional, que é isso mesmo: uma contextualização e não uma história do desporto nacional por um lado, já que não só conteria inúmeras lacunas como não seria esse o objeto deste projeto, nem um estudo sobre o termalismo ou o turismo na Linha do Estoril, por outro lado, porque também não seria esse o seu objeto de estudo e daria a este trabalho um gigantismo impraticável. O que se pretende, isso sim, é não só trazer a lume os acontecimentos que marcaram a vida de uma instituição como é o Grupo Desportivo, como destacar uma ideia que fez do turismo o motor de arranque de todo um projeto que se materializou num clube e, conseqüentemente, na dinamização social, económica, cultural e naturalmente desportiva, de uma zona bem mais vasta do que a que lhe deu origem, entre o Estoril e Cascais, primeiro alargando-se a outras zonas da Linha de Cascais como São João, Parede ou Carcavelos, depois de Sintra, e hoje a nível nacional e até internacional, com a expansão do Grupo Desportivo e a sua projeção desportiva ou com as suas delegações.

Da mesma forma, neste estudo não está contemplada a evolução termal e turística da zona do Estoril ou da Sociedade *Estoril-Plage* após a criação do Grupo Desportivo Estoril Praia, já que tal evolução histórica e empresarial se encontra fora do âmbito deste estudo e em nada já influencia os acontecimentos aqui mencionados, afastando-se da origem da estrutura desportiva que é o centro das nossas atenções, quer das razões de contextualização que estão na sua génese, desde o território virgem primordial, ao gesto urbanístico e empresarial que transformou o Estoril num espaço turís-

tico internacional de referência, passando pelos gestos inovadores de aliar primeiro a imprensa ao projeto, e o desporto depois, compreendendo antecipadamente as potencialidades destas ideias e construindo uma imagem, pedra sobre pedra, cujo início não se sabe bem quando começou a germinar, mas que podemos fazer remontar a 1913, mais de duas décadas e meia antes do Grupo Desportivo ter nascido, o que demonstra uma constante procura de atualização e competitividade empresarial.

Mais ainda, relacionar a origem do destino, ou da vertente turística com os resultados desportivos de hoje, não é mais do que ter consciência de uma marca e compreender e respeitar as raízes de um clube, respeitando os seus associados e o historial da instituição e da zona geográfica em que esta se insere. Mais ainda, como entidades polarizadoras e mobilizadoras, os clubes assumem-se como promotores dessas regiões e no caso particular do Estoril Praia, dando corpo à visão de Fausto de Figueiredo quando idealizou um clube como veículo dessa promoção no já longínquo ano de 1939.

Por outro lado, admitimos que, por vezes, o ritmo de leitura pode ser um pouco duro pelo pormenor dado à informação. Assumimos esse custo, ainda que o tentemos suavizar, porque entendemos que no historial de um clube é importante fixar nomes, pessoas e acontecimentos que moldam o seu todo e o que é hoje. Da mesma forma assumimos que não é fácil lidar com vários tipos de ortografia. No corpo do texto usamos a moderna ortografia portuguesa, mas em todas as transcrições usamos a ortografia original das fontes a que recorremos e naturalmente da época a que se referem. Por vezes, existem erros de uso de certas palavras, que mesmo assim mantivemos, mas com a indicação “(sic)” na transcrição, de resto conforme existe em nota de rodapé.

Para a concretização deste projeto usámos frequentemente a imprensa escrita e as atas das reuniões diretivas como fonte. É verdade que a grande divisão no historial do Grupo é mais ou menos consensual, com um primeiro período que vai da sua fundação até 1963, ano em que a sua equipa de futebol desceu à II Divisão e ali permaneceu alguns anos. Foi, segundo o jornal *Costa do Sol*, o seu período áureo, sendo três vezes campeão regional, também três vezes campeão nacional da II Divisão e estando oito épocas na I Divisão nacional.<sup>1</sup> Possuía em atividade centenas de atletas divididos por diversas atividades e associados que estavam integrados na sua banda de música ou no seu grupo de teatro. O segundo período, por vezes injustamente justificado pela imprensa, como um período onde

“tudo cansa, os subsídios começaram a baixar e o Grupo, até então dirigido em exclusivo por empregados da *Estoril-Plage* passa, pela abolição de uma disposição estatutária,

---

<sup>1</sup> S., F. J., “30 anos de existência, ao serviço do desporto e da cultura” in *Costa do Sol* n.º 266 de 24 de maio de 1969, Cascais, 1969;

a ser o Grupo de todos nós estorilistas. Assim se libertou a empresa das suas responsabilidades morais e materiais (...).<sup>2</sup>

Na verdade, só em parte é que esta afirmação é exata, porque de facto, principalmente o futebol, mas as estruturas desportivas em geral e a sociedade portuguesa particularmente, mudaram muito na década de sessenta e nem sempre o Estoril Praia soube acompanhar esses tempos, até por limitações várias inerentes aos pequenos clubes. Da mesma forma também não inteiramente exata, porque não específica, a afirmação contida no *Costa do Sol* de que:

“os seus antigos dirigentes, embora tivessem o louvável intuito de manter a todo o custo, o Grupo na 2ª Divisão nacional, mas sem subsídios e, principalmente, sem as receitas da sua anterior sede, deixam o clube em deplorável estado financeiro e moral (...)”.<sup>3</sup>

De facto, a perda da sede foi principalmente simbólica, ainda que também económica pela via das modalidades praticadas. Os subsídios continuaram a existir, mas o Grupo só se irá adaptar aos novos tempos a partir de meados da década de setenta, com outras formas de gestão mais profissionalizadas. É certo que algumas destas conclusões só podem ser tiradas à luz do tempo que passou, olhando para os factos com a distância que a História permite, afinal a razão de ser deste estudo.

Representando também a primeira grande experiência portuguesa de uma estância de turismo integral, a vertente desportiva dela nascida autonomizou-se e hoje muitos nem sonham da sua origem ou sequer dos seus protagonistas, pelo que é justo lembrá-los e importante recordar as dificuldades passadas em construir um clube, feito de dificuldades, sacrifícios e orçamentos que eram dilemas, mas que eram também de sonhos, alegrias e momentos gloriosos.

---

<sup>2</sup> S., F. J., “30 anos de existência, ao serviço do desporto e da cultura” in *Costa do Sol* n.º 266 de 24 de maio de 1969, Cascais, 1969;

<sup>3</sup> S., F. J., “30 anos de existência, ao serviço do desporto e da cultura” in *Costa do Sol* n.º 266 de 24 de maio de 1969, Cascais, 1969;



## **Agradecimentos**

Um particular agradecimento ao Dr. Carlos Carreiras, Presidente da Câmara Municipal de Cascais, pelo empenho na projeção do nome do Grupo Desportivo Estoril Praia e do Concelho de Cascais através deste projeto. Um agradecimento também muito especial ao amigo João Fortes Rocha, sem o qual este estudo seria muito difícil de concretizar, o qual participou nele a diversos níveis, destacando-se sempre o seu fervor estorilista e igualmente a pela forma como me transmitiu o sentir de um clube, e ainda a:

Alberto Hélder da Associação de Futebol de Lisboa;

Alexandre Faria, antigo presidente da Direção e atual Presidente da Assembleia Geral do Grupo Desportivo Estoril Praia, pelo empenho em fixar para a história os factos que constituem o historial de um clube;

Francisco Alves, pelas informações e imagens disponibilizadas;

João Carreira, pela colaboração na transmissão da imagem do Grupo Desportivo;

João Miguel Henriques e a todo o pessoal do Arquivo Histórico de Cascais pela colaboração inquestionável e permanente, que foi prestada ao longo dos muito meses em que decorreu este estudo;

Luís Silva, da Estoril Praia, Futebol SAD, que abriu as portas do estádio para este projeto;

Maria Conceição Santos pelo apoio prestado à edição deste livro;

Ricardo Braz pelas informações prestadas;

Rui Paulo Costa, pelas informações prestadas;

Salvato Telles de Menezes, da Fundação D. Luís I, pela colaboração institucional e pessoal dada a este projeto, em defesa da imagem e cultura de Cascais e do Estoril;

Sandra Osório pela colaboração em matéria de genealogia e Arquivos do Registo Civil;

Sandra Santos pela colaboração na seleção das ilustrações e em muitas das reflexões históricas que envolveram a concretização desta obra.



Banhistas na Praia da Ribeira, por ocasião de regata, 1900

AHMCSC/AASS/CAM/A/0948

## I PARTE

# DO TURISMO E DO LAZER À FORMAÇÃO DE UM CLUBE

### 1 – A vida em Cascais e no Estoril na passagem do século - Generalidades

Nos primeiros anos do século XX, Cascais estava já longe de ser o local bucólico que era décadas antes, de simples aldeia piscatória com quintas agrícolas nos seus arredores ou, ali bem perto, no Monte Estoril e na Costa de Santo António, de locais de bons ares e boas águas, agora feitos locais de atração social e turística, desde o último quartel do século XIX. Na verdade, até se afirmar enquanto praia da moda, Cascais desenvolvera-se em função da agricultura, da pesca e da extração e da preparação da pedra, fosse no caso da Parede, fosse nos apreciados mármore de Cascais. Apesar das políticas de modernização encetadas na segunda metade do século XIX, só quando a moda dos banhos e dos períodos de lazer fizeram de Cascais um polo de atração, por contraponto a uma agricultura que foi sempre deficitária e de um setor piscatório que pouco mais permitia que a subsistência, é que se tornou mais visível um desenvolvimento urbano com consequências diversas.<sup>4</sup>

A atração do rei D. Luís I por Cascais, que o leva mesmo a transformar a residência dos governadores da Cidadela em residência real, e mais tarde a paixão do rei D. Carlos I pelas coisas do mar, tornam-se fatores de atração da aristocracia e de boa parte da burguesia lisboeta, ávidas que estavam em manterem a proximidade à família real e tornam relevante o crescimento humano e urbano da vila. Como nos dizem Maria Archer e Branca Gonta de Colaço, “frequentar a praia do rei dava a todo o alfacinha *snob* a mais apreciada nota aristocrática”, acrescentando ainda que “tôda a aristocracia desejou ter uma casa própria em Cascais. Era o facto, uma nota de bom gosto que fazia parte do luxo de certas famílias”.<sup>5</sup> João Miguel Henriques escreve que “a sociedade lisboeta tinha dois pontos principais de contacto – Cascais e o teatro de S. Carlos. Era aí que os ricos, ou os que aparentavam, procuravam impor-se a certa roda, que dificilmente os recebia”.<sup>6</sup> A esta ambiência elitista acrescia a beleza da baía e novas acessibilidades, nomeadamente as estradas abertas entre 1859 e 1864, quando o Visconde da Luz fora diretor das Obras Públicas do Reino, aproximando Cascais e o Monte Estoril de Lisboa ou de Sintra, cuja estrada seria já concluída em 1868. Nas palavras de João

---

<sup>4</sup> Para uma análise aprofundada deste tema ver HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011;

<sup>5</sup> COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Ed. edição fac-similada, Lisboa, ed. CM Cascais e CM Oeiras, Ed. orig. Parceria António Maria Pereira, 1943, p.p. 340 e 341;

<sup>6</sup> HENRIQUES, João Miguel, “A Cascais, uma vez... e muitas mais!” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 54, cit. Raul Brandão;

Miguel Henriques, a melhoria dos acessos revolucionou as viagens até à vila, “tornando-a mais apetecível”.<sup>7</sup>

Cascais, que Ramalho Ortigão considerava “o mais radiante trecho de beleza aquática”,<sup>8</sup> tornava-se assim, nesses anos, sinónimo do poder económico e de diferenciação social. D. Tomás de Melo Breyner, conde de Maфра, acerca deste fenómeno de sazonalidade social, refere que na segunda quinzena de outubro toda a corte voltava para Lisboa, já que se dizia que esta antes de novembro ou dezembro era insuportável.<sup>9</sup> Mas isto tornava pacata a vila, e Rocha Martins escreve que “a única coisa que indica ser Cascais a praia da aristocracia são as festas do Sporting, por vezes cheias de gosto e originais”. E o mesmo autor prossegue escrevendo;

“de resto, em Cascais há o viver comezinho, patriarcal, quase envergonhado, de costumes simples e bem portugueses, duas ou três soirées, meia dúzia de reuniões e o sossego que não há em mais praias nem em mais estações. Quando a noite cai (...) há um silêncio pesado, parece que o inverno chegou. Depois anima-se frouxamente o clube para daí a algumas horas fechar, acabar deixando numa quietação profunda a vila. Ao atravessar-se uma rua ouve-se lá por desoras uma guitarra que toca; para-se, há a esperança de que essa mocidade esteja reunida, turbulenta e de sangue na guelra a discutir sorrisos diante de uma ceia. Mas não. São pescadores que folgam depois de terem contado os lucros do dia”.<sup>10</sup>

A estada da família real em Cascais por um lado, e a moda dos banhos de mar por outro lado, não obstava à escassez de alojamentos que Cascais registava na segunda metade do século XIX, apesar da intensa urbanização que se registou nesse período, o que levou a autarquia a procurar integrar novos espaços públicos, dos quais se destaca o sítio da Parada, ponto de sociabilidade por excelência à época,<sup>11</sup> preocupação à qual acrescia a construção de passeios, de arruamentos ou de embelezamento do espaço público. Na verdade, era na Parada e no Sporting Club, assim como nos espaços circundantes que se situavam muitos dos espaços de lazer locais. Um local de patinagem, uma praça de touros, *courts* de ténis, campos de tiro e de *croquet*<sup>12</sup> ou de tiro com arco, o atrativo e nóvel

---

<sup>7</sup> HENRIQUES, João Miguel, “A Cascais, uma vez... e muitas mais!” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 53;

<sup>8</sup> MIRANDA, Luís, “O que se dizia da Costa do Sol no início deste século” in *A Zona* nº 316 de 29 setembro 1999, Cascais, 1999;

<sup>9</sup> *Cascais – Vila da Corte, Oito Séculos de História*, reimpressão em fac-simile, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 1990, pp. 306 e 307;

<sup>10</sup> MIRANDA, Luís, “O que se dizia da Costa do Sol no início deste século” in *A Zona* nº 316 de 29 setembro 1999, Cascais, 1999;

<sup>11</sup> HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 90;

<sup>12</sup> Muito popular no século XIX, admite-se que o jogo seja originário da Irlanda tendo sido inventado por volta de 1830, sendo em Inglaterra considerado um passatempo de aristocratas. Sabe-se da sua prática nos Açores e no continente, admitindo-se que tenha sido introduzido pelos emigrados liberais, não se conhecendo a data e os responsáveis de tal, sendo certo que foi potenciado posteriormente pelos múltiplos contactos sociais e económicos entre Portugal e a Inglaterra. Não cabendo aqui referir as suas regras, podem adiantar-se algumas leves semelhanças com o golfe, tendo chegado a ser considerado como modalidade olímpica em Paris no ano de 1900. Com um taco de madeira e com sucessivas pancadas, o objetivo é conduzir uma bola de madeira que passa através de aros encaixados no campo de jogo em terra, podendo ser jogado por dois ou por quatro jogadores. Quanto aos espaços de prática estes podiam ser abertos e públicos, como jardins, ou restritos e fechados, privados ou sob a forma de acontecimentos públicos;

futebol, as festas de caridade e as quermesses entre muitas outras atividades ou, ali bem perto, os espetáculos no Teatro Gil Vicente ou no Parque Palmela com as suas sedutoras iluminações ou o sucesso do seu animatógrafo. Cascais era assim local de jantares, saraus, festas e bailes, ora da família real, ora das muitas famílias cascalenses, ponto de encontro e de lazer, referência social e política da época. João Miguel Henriques escreve que os banhos evoluíram, sobretudo enquanto forma de ócio, que paulatinamente se democratizou, em benefício do desejo de valorização social da burguesia, e pelo sucesso das excursões por via marítima até à região, ou pela crescente presença de barcos de recreio em frente à praia da Ribeira. Acrescenta ainda o mesmo autor que a frequência se revelou de cariz elitista, acentuado quando Cascais ganhou o estatuto de “praia da corte”.<sup>13</sup> A este propósito assinala-se a cosmopolita praia da Ribeira, e um pouco mais discreta a da Poça, não só locais de convívio, mas também pontos de partida e de chegada de regatas, provas de remo, de natação ou outras, no que contavam com grande assistência. Já a praia do Tamariz, que só começa a despontar mais tarde já nos anos vinte e início da década de trinta, guardava-se para as aulas de ginástica, corridas de banhistas, a prática de surf com pesadas pranchas de madeira ou para os encontros de voleibol.

Assinalem-se assim alguns dados mencionados na obra *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, de João Miguel Henriques, que referem em pormenor a oferta hoteleira entre os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX, quer em Cascais, quer no Monte Estoril, dando-nos assim uma noção do já intenso movimento então verificado,<sup>14</sup> por vezes sublinhado com destacadas inovações tecnológicas, como no caso do Hotel Central do Monte do Estoril, já dotado de uma estação de telégrafo-postal, numa realidade que entre S. João e Cascais era também marcada pela existência de alguns pequenos Casinos.

Para o sucesso turístico do eixo Lisboa/Cascais era necessário um meio de transporte rápido e relativamente cómodo. Foi na segunda metade do século XIX que na imprensa começaram a aparecer notícias sobre a construção de uma linha férrea, tendo Cascais como destino a partir de um ramal saído da linha de Sintra. Em 1871 o Duque de Saldanha obteve a concessão para a construção de uma linha entre Belém e Cascais pelo sistema *Larmanjat*, uma ideia que acabou por nunca se concretizar. Existiu também o projeto de prolongar os “americanos” de Lisboa a Cascais, mas a forma mais comum era a carruagem, numa viagem de cerca de três horas, que podia ser em ritmo de passeio e incluir farnel, ou incluir um trajeto parcial de barco. O aumento da procura pela crescente moda dos banhos de mar a par do convívio social, e da exaltação do ar e das águas locais como meios de tratamento para diversos males de saúde, impuseram Cascais e o Monte Estoril enquanto destinos sazonais de boa parte da burguesia e da

---

<sup>13</sup> HENRIQUES, João Miguel, “A Cascais, uma vez... e muitas mais!” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 54;

<sup>14</sup> Para uma análise mais profunda da oferta hoteleira no Monte Estoril neste período ver HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011, pp. 190 a 193;

nobreza lisboeta. Ao mesmo tempo ainda, permitiam a esse grupo social um corte físico e mental com uma cidade em crescimento, por vezes caótico, onde o ar viciado das fábricas ou de alguma falta de saneamento era muito presente em algumas zonas.

Numa fase inicial esta atração fazia-se sentir em Cascais e no Monte Estoril. Cascais pela via da presença da família real, que apesar de tudo não se altera com a implantação da República, no Monte com uma implantação urbanística de luxo onde, nas palavras de Raúl Brandão, “a brisa só chega coada pelas árvores e a própria voz do mar amortecida”,<sup>15</sup> enquanto que no Estoril só muito posteriormente, que deixará cair a designação de “costa de Santo António” de parte do seu território, pela ação de Fausto de Figueiredo, anos mais tarde, e com a génese das sociedades Estoril e Estoril-Plage.

Como atrás se escreveu, se em Cascais eram a família real e a ambiência aristocrática os fatores de atração, no Monte Estoril era a qualidade urbanística a razão que levava a que muitos comerciantes, industriais ou membros da aristocracia, incluindo a família real, ali residissem temporariamente ou de forma mais permanente. Num território vasto que se começou por designar de Santo António do Estoril e de Costa de Santo António, numa vasta extensão de pinhais, que mais ancestralmente também foi conhecido por Pinhal da Andreza ou Terras da Andreza e que ia até ao Cabo Raso,<sup>16</sup> o Monte Estoril autonomizou-se enquanto estrutura urbanística e tornou-se, no século XIX, o local mais importante a par de Cascais, ganhando adeptos pelos seus ares, pelas suas águas, pelo seu sossego e pelo seu ar distintivo. Olhando com atenção para algum do coberto vegetal entre o Estoril e a zona de Cascais/Guia podemos ainda hoje encontrar resquícios desse coberto vegetal do passado, aliás confirmados por fotografias feitas pela Rainha D<sup>a</sup> Maria Pia na zona da Guia<sup>17</sup> nos últimos anos do século XIX, onde o mesmo se apresenta denso e que Raúl Brandão, de forma romântica, no caso do Estoril descreve como “manchas aveludadas de pinheirais ondulantes, maciços de verdura”.<sup>18</sup> De tudo isto, em Cascais, no Monte e no Estoril ainda hoje podemos ver restos da ancestral mancha verde que no passado cobria estes vastos territórios, na sua maior parte onde hoje são zonas urbanizadas e que perderam mais ou menos intocadas até à década de cinquenta do século XX.

À estrutura urbanística do Monte Estoril estão ligados os nomes de José Jorge Andrade Torrezão, do 2º Conde de Moser e de Carlos de Anjos. Torresão, começou por mandar edificar um primeiro *chalet* a que chamou “Vila Rio” em 1869, seguindo-se o “Chalet da Serra”, a “Vila Flora” e por fim a “Vila Maria”,<sup>19</sup> próximo onde mais tarde seria construído o Hotel de Itália. Estas sucessivas construções e a ideia de transformar o

<sup>15</sup> *Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1ª edição, 1º vol., Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 598;

<sup>16</sup> Tal dará origem a uma tradição cascalense, hoje desaparecida, a “merenda” no pinhal da Quinta da Marinha, protagonizada a partir de 1916 pela Sociedade Musical de Cascais (*in Cascais – Associações com História – 1886-1941*, vol. I, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, s. dt., p. 80);

<sup>17</sup> Hoje existentes na coleção do Palácio Nacional da Ajuda;

<sup>18</sup> *Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1ª edição, 1º vol., Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 597;

<sup>19</sup> Atualmente não existe nenhum destas *chalets*, já que foram todos demolidos;

Monte num local de eleição arruinaram-no, surgindo no horizonte dos investimentos Carlos Anjos, construtor que também estabeleceu por objetivo fazer do Monte Estoril uma estância de veraneio. Corriam os anos oitenta do século XIX e Carlos Anjos contou para o seu empreendimento com a constituição da Companhia do Monte Estoril, cuja escritura data de 31 de outubro de 1888.<sup>20</sup> Metendo as mãos à obra de urbanizar uma boa parte do interior do Monte Estoril, abrindo ruas e realizando um projeto de construção de uma via férrea de bitola estreita, com cremalheira, entre a parte alta do Monte Estoril, onde se localizava a estância turística, e a parte baixa, onde se situava a estação de comboio para Lisboa, deu corpo a um projeto que se havia iniciado em 1882. Na escritura o capital social é fixado em vinte e cinco contos de réis, sendo a sede fixada na Vila Anjos, sendo o objeto da Companhia claro ao afirmar-se ser o da “criação de uma povoação onde se possa encontrar os confortos e distrações próprios da estação balnear”, incluindo construções, vendas e alugueres, mas também “aformosear o local”, sendo sublinhado que todos os imóveis seriam “para revender e não para ficarem em posse e domínio da sociedade”.<sup>21</sup> Apesar da falência da Companhia, apesar dos muitos projetos que ficaram a meio ou nem sequer foram implementados, Carlos Anjos, que contou com o entusiasmo e o apoio do 2º Conde de Moser, deixou a sua marca no urbanismo do Monte Estoril. É deste afã urbanístico, que inclui a criação de redes de esgotos, luz elétrica e água canalizada, que nasce um outro Monte Estoril salpicado de ricas moradias que atraem novos moradores. Assim nasce o Palácio da Castanheta, uma das sedes do Grupo Desportivo *Estoril-Plage*, da qual a seu tempo falaremos.

Retomando algumas das ideias já atrás expressas, desde que os banhos de mar se popularizaram como um misto de medicina empírica e de lazer, misturados com algo de moda e de ostentação social, que o crescimento urbano marcou toda a zona de Cascais e da costa do Estoril. Os primeiros hotéis de Cascais estão ligados a esta alteração de hábitos, à qual se junta uma oferta, ainda muito incipiente de clubes e casinos, que oferecem alguma variedade no lazer, nem sempre com a qualidade exigida, mas com aquela que era possível. A propósito do lazer, João Miguel Henriques cita Ramalho Ortigão que escreve, em outubro de 1886, que hoje nos lembra que foi o Sporting Club que “deu ao lugar um arzinho de civilização, que não deixa de surpreender um pouco numa praia nacional. Vários jogos de jardim foram correctamente estabelecidos e são assiduamente frequentados”.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Faziam parte do Conselho de Administração da Companhia os nomes de Henrique Jorge de Moser, como presidente, Carlos Ferreira dos Anjos, Mem Rodrigues de Vasconcelos, Alfredo Ribeiro e António Teixeira Júdice. Era presidente da Assembleia Geral Mariano Cirilo de Carvalho e do Conselho Fiscal o Conde de Valenças; Na escritura o capital social é fixado em vinte e cinco contos de réis, sendo a sede fixada na Villa Anjos;

<sup>21</sup> VILLARINHO, Luísa, *De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina*, Cascais (?), s. Ed, 2008, p. 366;

<sup>22</sup> HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 103, cit. Ramalho Ortigão in *As Farpas, O País e a Sociedade, tomo IV*;



Guiga de seis em regata junto à Praia da Ribeira, 1900

AHMCSC/AASS/CAM/A/0252

## 2 – A importância do associativismo<sup>23</sup> e do lazer enquanto fator estruturante

Uma relativa escassa atividade desportiva naturalmente produzia resultados igualmente exíguos. Uma significativa crise económica em finais do século XIX, apesar dos anos de desenvolvimento, não permitiam uma grande quantidade de desportistas, sendo a prática desportiva reservada a uma elite. Na verdade, o desporto estava associado ao lazer, mas também a preocupações que implicavam disponibilidade económica e de tempo, que as viam como forma de promoção de uma nova forma de vida e como uma forma de estar em sociedade diferente e com regras tacitamente aceites por quem praticava determinada modalidade. Acresce que possuir e manter um barco ou um cavalo, ou vários, ou adquirir uma arma ou ter disponibilidade de tempo para jogar uma partida de ténis, nesse tempo, exigia uma disponibilidade de tempo, logo de sustentabilidade económica, não acessível a qualquer um. É o que afirma Detlev Claussen quando escreve que sendo o futebol um jogo moderno ele é indissociável do desenvolvimento da sociedade burguesa ao longo do século XIX.<sup>24</sup> Assim, em finais do século XIX e primeiros anos do século XX, são noticiadas no concelho atividades desportivas por norma associadas a classes privilegiadas.<sup>25</sup> Por isso, a prática desportiva, rapidamente se transformaram num símbolo de prestígio e de diferenciação social. Francisco Pinheiro n’A *História da imprensa desportiva em Portugal* refere-nos isso, lembrando-nos que nas primeiras décadas do século XX, se o hipismo, a vela ou, posteriormente, o automobilismo implicavam ter condições económicas para a sua prática, o futebol apresentava-se como algo simples, sem grandes exigências de equipamentos, onde bastava ter uma bola e um campo baldio e duas balizas improvisadas, para se desenrolar uma partida. É este autor quem nos lembra ser esta uma das razões da rápida expansão da prática futebolística no nosso país, que teve por base uma campanha lançada na imprensa onde, em 1907, se salientou o jornal *Os Sports*, com vários artigos, de entre os quais se destacou um que apelava a que “tornemos o sport democrático” onde se defendia que “o sport não deve ser apanágio das classes favorecidas, ricos e

---

<sup>23</sup> Ultrapassado o mero espírito associativo ancestralmente expresso nos campos religioso, profissional e económico, após o século XVIII qualquer um deles teve continuidade, mas com especial ênfase para o associativismo político e cultural. Já no século XIX ocorreu uma nova evolução quer no associativismo político, caso dos partidos, associações ou centros republicanos, entre outros, no campo cultural, com centros de leitura, disseminação de bibliotecas e outras formas, mas também outras formas de associativismo. Na verdade, inserindo-se na tradição Iluminista dos Clubes, ainda que políticos, o associativismo oitocentista, profundamente altruísta, expressou-se de diferentes formas e atingiu diferentes camadas sociais, ainda que com estruturas diferenciadas. Ele foi uma resposta ao crescimento urbano, por vezes mesmo de desenraizamento social, de uma população crescente vinda dos espaços rurais em direção aos centros urbanos, ou para trabalhar nas fábricas ou serviços, caso das classes baixas, ou com tempo livre, caso das classes mais favorecidas;

<sup>24</sup> CLAUSSEN, Detlev, “Sobre a estupidez no futebol” in *Análise Social*, TIESLER, Nina Clara e COELHO, João Nuno, coord., vol. XLI, número 179, 2º trimestre de 2006, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006, p. 584;

<sup>25</sup> Para este assunto ver HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 106;

pobres, todos nos podemos entregar à prática dos exercícios físicos”.<sup>26</sup> Por outro lado, a cobertura jornalística desportiva, em momentos distintos, apresenta características diferenciadas que vão influenciar a prática desportiva e a vida dos clubes, assim como a visão do público sobre o desporto. Assistimos, nos primeiros anos do século XX, a um estilo propagandístico no relato dos eventos desportivos, sejam eles a caça, o ténis, a tauromaquia, o hipismo, a vela ou o ciclismo, os primeiros a serem recorrentemente referenciados, aos quais gradualmente se juntam o denominado tiro civil, o *rugby*, a esgrima, o ciclismo, a natação e até o futebol. Este discurso propagandístico, a que Francisco Pinheiro chama de “doutrinário”, coincidia também com as preocupações com a saúde expressas pelas classes mais altas e plasmado na imprensa generalista, onde se podia ler sobre o papel que a prática desportiva podia ter na sociedade portuguesa,<sup>27</sup> e à medida que caminhamos em direção aos primeiros anos do século XX, se junta o automobilismo e o motociclismo.



Pioneiros do futebol português, em Cascais, 1888. A equipa era constituída por vinte e três jogadores, representantes da sociedade lisboeta a banhos em Cascais: o Conselheiro Aires de Ornelas, António Avillez, Augusto Moller, Carlos Pinto Basto, Eduardo Pinto Basto, Eduardo Romero, Francisco Alte, Francisco Avillez, Francisco Figueira, Francisco Trigoso, Frederico Pinto Basto, Guilherme Pinto Basto, Hugo O’Neill, João Bregaro, Jorge Figueira, Luís Trigoso, Manuel Salema, Pedro Sabugal, Salvador Asseca (Visconde de Asseca), Salvador França, Simão de Sousa Coutinho, Vasco Sabugosa e o Visconde de Castelo Novo

<sup>26</sup> PINHEIRO, Francisco, *História da imprensa desportiva em Portugal*, Porto, Ed. Edições Afrontamento, 2010, p. 67;

<sup>27</sup> PINHEIRO, Francisco, *História da imprensa desportiva em Portugal*, Porto, Ed. Edições Afrontamento, 2010, p. 65;

A mudança de século traz-nos também novas formas de sociabilidade e, principalmente, uma burguesia que ascende a organizações que até aí dera pouca atenção. Assim, paralelamente a este movimento ligado a uma nobreza ou a uma média e alta burguesia, disponível em tempo e capital, a que sem qualquer intuito depreciativo poderíamos chamar de elitista, vão surgindo clubes, especialmente a partir de finais do século XIX e inícios do século XX, reflexo de um desejo social de novas formas de convivência, de manutenção de tradições culturais trazidas de outros lugares ou para a emergência nas zonas urbanas de um espírito associativo que ia do sindicalismo à política, da cultura ao desporto, originando as bases da prática desportiva organizada, com os clubes, as suas sedes e as suas instalações, o seu património físico e histórico-desportivo, numa relação muito direta com os seus dirigentes, a sua gestão e os seus sucessos e insucessos desportivos.





Banhistas em barco junto à Praia da Ribeira, 1900

AHMCSC/AASS/CAM/A/0133

### **3 – Entre a saúde, o lazer e o nascente turismo. Um projeto turístico e uma imagem cuidadosamente construída**

A saúde, as condições higiénicas e simultaneamente os estabelecimentos termais foram, em finais de oitocentos e princípios do século XX, tema de diversas conferências médicas realizadas em Lisboa, bem como das políticas de educação, quer ambicionadas, quer mesmo implementadas antes e depois da República, crenças que estavam os seus mentores no desenvolvimento higiénico e social, e na criação de uma consciência pessoal e política pela autoestima, pela cultura e por uma melhoria sem limite da ciência. Juntemos a isto o facto de os últimos anos do século XIX encerrarem em si claras preocupações eugénicas fruto de questões culturais da época, que se prolongam não só na saúde, mas também na alimentação, na habitação com canalizações de água potável, na construção de balneários públicos, na construção de uma rede de esgotos mais eficaz ou simplesmente nos modos de vida. Por outro lado, representavam também uma forma de combater algumas doenças relacionadas com salubridade urbana, num movimento paralelo com a implantação de alguns jardins e praças públicas.

Por outro lado, a proximidade de Lisboa, a par da procura pelos banhos do Estoril, da Poça e de Cascais atraem novos frequentadores das praias que trazem hábitos novos, mais comuns na sociedade lisboeta. O clima, as águas e o descanso fazem com que o Estoril seja considerado uma estância completa durante vários anos, abrindo as portas a um desenvolvimento até aí impossível de sonhar. Nos novos equipamentos para a saúde e para o lazer, em geral, ganharam vantagem as estâncias termais, principalmente no litoral, pela associação do tratamento clínico, do clima, nomeadamente pelo sol e pela humidade, e do lazer, ainda que só acessível a estratos reduzidos da população, situando-se esses locais no Estoril, na Figueira da Foz ou em Espinho, sendo frequente a sua divulgação e promoção ser feita através da edição de álbuns de fotografias ou de fototipias, ou de cartazes com base em gravuras. De facto, era uma promoção médica, mas também turística e de um novo modo de vida. Cedo se promoveu turisticamente a zona, com os participantes no IV Congresso Internacional de Turismo, que se realizou em Lisboa, em maio de 1911, a visitarem o concelho de Cascais. A Fausto de Figueiredo não passaram despercebidas as potencialidades locais, tanto mais que à época era presidente em exercício da autarquia cascalense e, nesse mesmo mês de maio de 1911, se constituiu um Conselho de Turismo, apoiado por uma Repartição de Turismo integrada no seio do Ministério do Fomento.

Ainda que as características terapêuticas das águas termais do Estoril fossem conhecidas desde o século XVI, havendo referências a 1527,<sup>28</sup> foi principalmente a partir

---

<sup>28</sup> Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha referem a existência em 1527, de uma pequena ermida de madeira dedicada a S. Roque, com um altar dedicado a Santo António. Nesse ano Luís Maia doaria o denominado “vale do Estoril” à Ordem de S. Francisco, vindo esta a fundar ali o Convento de Santo António e originando o nome primordial do local de Santo António do Estoril, que viria a evoluir para Estoril apenas, ficando a designação de Santo António para uma outra zona mais interior. Veja-se também PINTO, Helena Gonçalves e MANGORRINHA, Jorge, “O sítio balnear” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 37 a 51

do século XVIII que passaram a ser mencionadas, graças a Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, que em 1726 a elas se refere como as “Caldas” de Cascais que localizava numa quinta do Estoril, na cerca do Convento de S. Francisco.<sup>29</sup> Segundo escreve João Aníbal Henriques, nessa capela, de nave única, existiriam três altares onde se prestava culto à imagem de Nossa Senhora da Boa Nova, a São Domingos e a São Francisco, havendo no altar mor uma imagem de Santo António, de data incerta, mas que o autor considera ser provavelmente de data anterior à construção do edifício.<sup>30</sup> Mais tarde, o rei D. José deslocava-se ali para tratamentos de pele, recorrendo ao Palácio de Sebastião de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras, para se alojar, sabendo-se que as mesmas águas eram também adequadas para tratamentos reumáticos e de gota, entre outros. Quando em 1834 são extintas as Ordens Religiosas o convento foi vendido em hasta pública a Manuel Joaquim Jorge.<sup>31</sup> Entretanto, grande parte do que hoje é o Estoril e ainda outras zonas para além deste, seria adquirido pelo deão da Sé de Lisboa, João Viana da Silva Carvalho, que populariza a zona como “a Quinta do Viana”,<sup>32</sup> que legou a propriedade à sua sobrinha Ana da Silva Carvalho.<sup>33</sup> Augusto Carreira de Sousa, cunhado de Fausto de Figueiredo, solicitara, em 22 de Dezembro de 1913, que lhe fosse concedida a exploração de umas nascentes localizadas à beira mar, junto à praia do Estoril, em terrenos do Estado, sendo sua intenção explorar conjuntamente com as águas da Quinta do Viana, pedido que não se concretizou. É ainda em 1913 que, segundo Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha que os herdeiros de Silva Carvalho pedem autorização para transferir a sua licença de exploração das águas para Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, o que se concretiza no ano seguinte.<sup>34</sup> De facto, à época as terras do Estoril pertenciam a Ana da Silva Carvalho, sobrinha e afilhada de João e José Viana, que as viria a vender a Fausto de Figueiredo e ao seu cunhado Augusto Carreira de Sousa,<sup>35</sup> que poucos anos após a República constituem a empresa Figueiredo & Sousa. Mas antes dessa venda sabe-se que ali havia três fontes termais famosas desde há muito: Estoril, Poça e Santo António do Estoril. José

<sup>29</sup> Para uma análise mais aprofundada deste tema ver PINTO, Helena Gonçalves e MANGORRINHA, Jorge, “O sítio balnear” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 37 a 51. Ver também VILLARINHO, Luísa, *De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina*, Cascais (?), s. Ed, 2008, p. 97;

<sup>30</sup> HENRIQUES, João Aníbal, “Fausto Figueiredo e o sonho do Estoril” in *Os 100 anos do projeto Estoril, 1914-2014*, coord. Cristina Carvalho e João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 30. Nota: para ver mais detalhadamente o historial mais antigo deste convento consultar esta obra pp. 30 a 35;

<sup>31</sup> A igreja foi entregue à Irmandade em 1916, voltando assim à posse da Igreja. Em 1927 um incêndio destruiu o templo, voltando então a ser reconstruído, retomando o seu funcionamento em 1929;

<sup>32</sup> Encontram-se também outras designações como Quinta do Vianinha e Parque do Vianinha. Outras designações mais antigas designam aquele espaço de Casal do Estoril e de Quinta do Estoril. Para um estudo mais profundo da sequência de proprietários desde o século XVI sugere-se a consulta de VILLARINHO, Luísa, *De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina*, Cascais (?), s. Ed, 2008, pp. 74 a 106. Por estar fora do âmbito deste estudo dispensamo-nos dessa abordagem, que não deixa de ser historicamente interessante;

<sup>33</sup> É o nome de seu pai José Viana da Silva Carvalho, que aparece em diversos documentos;

<sup>34</sup> PINTO, Helena Gonçalves e MANGORRINHA, Jorge, “O sítio balnear” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 45 e 48;

<sup>35</sup> Tal acontece na sequência do falecimento de José Viana da Silva Carvalho, em 1909, de fez diminuir o interesse da família pelo espaço;

Viana havia renovado os balneários por volta de 1880, transformando o edifício onde predominava o ferro e o vidro numa edificação feita em alvenaria, em estilo neoárabe, crescendo primeiro para quinze, depois para os trinta quartos, todos eles com a sua tina em mármore, aumentando no luxo e na lista de tratamentos o recurso às suas águas, que em 1892, face ao movimento, obrigou ao aumento do edifício para trinta quartos, que imagens de 1894 comprovam. Estas águas termais da Quinta de José Viana<sup>36</sup> englobavam as nascentes do Estoril e de Santo António, mas não as da Poça, junto ao forte de S. João, na praia da Cadaveira, que pertenciam à Misericórdia de Cascais,<sup>37</sup> que depois de exploradas por Matias José de Oliveira Leite, por volta de 1835, D.<sup>a</sup> Maria II irá conceder por licença a sua exploração pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais, e que tornam uma referência os banhos da Poça, entretanto encerrados em 1922, pesem embora a longa viagem de cerca de cinco horas que chegavam a demorar na viagem a partir de Lisboa.<sup>38</sup>

É certo que a proclamação da República não alterou significativamente a vida em Cascais e no Estoril, limitando-se a substituir elites. Já o mesmo não aconteceria no atual Estoril. No entanto, com o passar dos anos, vamos assistindo a um percurso que se afirma pela sua crescente complexidade e numa estrutura onde se inserem diversos organismos de características diversas. Em 1911 é criado um Conselho Nacional do Turismo, vendo-se também no turismo uma fonte de receitas considerável e daí a criação de uma Repartição do Turismo, com o seu Diretor, José de Ataíde a afirmar que

“são maus os nossos hotéis, más as estradas, maus os meios de locomoção. De bom, temos apenas a matéria-prima (...). Não admira, pois, que se saia para o estrangeiro, onde as viagens se fazem em excepcionais condições de barateza, gastando-se em muitos casos pouco mais do que se gastaria aqui”.<sup>39</sup>

Quem também reparou nisso foi Fausto de Figueiredo e é também verdade que o desenvolvimento do Estoril não foi apenas uma simples opção geográfica de negócio. Na verdade, como assinala João Aníbal Henriques, Fausto de Figueiredo, cedo percebeu que a única forma de enfrentar a concorrência de Cascais, como vila da corte, ou o cariz aristocrático do Monte Estoril, ou o ar burguês de São João, seria criar uma alternativa dotada de uma identidade própria e distinguível ou, como o autor escreve, dotado

---

<sup>36</sup> Também conhecida pela Quinta do Vianinha;

<sup>37</sup> Para mais informações ver COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Ed. edição fac-similada, Lisboa, ed. CM Cascais e CM Oeiras, Ed. orig. Parceria António Maria Pereira, 1943, pp. 286 a 293. As águas da Poça viram as suas condições de frequência melhoradas com a construção de um novo edifício em 1894, que a imprensa da época refere como majestoso, alegre e cheio de luz, para além de ser dotado de generosas dimensões. No entanto, após a I Guerra Mundial entra em acelerado declínio, encerrando em 1922, havendo relatos de que até à década de trinta as suas banheiras em mármore se encontravam espalhadas junto à estrada;

<sup>38</sup> HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 52;

<sup>39</sup> PINA, Paulo, *Portugal – o Turismo no século XX*, Lisboa, Ed. Lucidus, 1988, p. 25;

de uma forma renovada de cidadania.<sup>40</sup> É a partir daqui que nasce o estudo para uma nova captação e se avança para a contratação do arquiteto Henri Martinet, sendo as propostas a apresentar à Câmara dos Deputados reunidas na brochura *Estoril: estação marítima, climatérica, termal e sportiva*. Ainda assim, o projeto de Fausto de Figueiredo, segundo Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha,<sup>41</sup> explorando uma estância termal envolvendo “diferentes valências de banhos de mar e termais, através da construção e exploração de balneários, hotéis, casino, parques, jardins e áreas recreativas, a que se associaria também a exploração de transportes” era uma ideia que já havia sido ensaiada no último quartel do século XIX, quando da inauguração da linha férrea entre Lisboa e Cascais, em 1889, pela Companhia Monte Estoril, do Conde de Moser e de Carlos Anjos.

Ancestralmente Santo António do Estoril estendia-se da praia da Poça a Cascais, vindo o tempo a restringir a toponímia “Santo António” ao local mais afastado da costa e menos propício às lides turísticas. Todo o projeto, turístico e comercial apresentado então por Fausto de Figueiredo em 1914, o *Estoril – Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, constituirá a génese de um projeto mais vasto construído a partir da década de vinte com a Sociedade Estoril-Plage, onde sobressai uma imagem cuidadosamente construída, de múltiplas vertentes empresariais, por vezes mesmo com algo de inspiração cenográfica *hollywoodesca*, algo que não é de estranhar se nos lembrarmos que a construção de muitos dos projetos de Fausto de Figueiredo ocorre na década de vinte e início da década de trinta possuindo uma clara intenção cenográfica que impressionava e que, em 1930, Cassiano Branco imaginou em Cascais a “cidade do Cinema Português”, ideia que não se concretizou.

Dando às nascentes de águas termais no Estoril uma razão terapêutica e turística, Fausto de Figueiredo tecia louvores ao clima do Estoril, local para o qual já olhava desde 1910, e para o “seu clima tónico, de temperaturas médias superiores a Biarritz e Nice” e, ao mesmo tempo, “duma grande luminosidade atmosférica e relativamente seco”, apresentado como ideal para “a convalescença de doenças agudas, dos enfraquecidos, dos anemiados. Sendo ligeiramente excitante para estes doentes, o clima do Estoril é ao contrário tónico-sedativo para outros: os gotosos, os reumáticos, os nervosos”.<sup>42</sup> Acresce que Fausto de Figueiredo soube ver no clima local uma das grandes vantagens, já que as temperaturas médias mensais, a humidade e a grande exposição solar permitiam que os tratamentos se fizessem durante quase todo o ano. Também Fausto de Figueiredo cedo soube tirar partido dos eventos de carácter científico que louvavam o clima local, como foi o caso do XV Congresso Internacional de Medicina,

---

<sup>40</sup> HENRIQUES, João Aníbal, “Fausto Figueiredo e o sonho do Estoril” in *Os 100 anos do projeto Estoril, 1914-2014*, coord. Cristina Carvalho e João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 36;

<sup>41</sup> PINTO, Helena Gonçalves e MANGORRINHA, Jorge, “O sítio balnear” in *1364-2014 Cascais, Território – História – Memória, 650 anos*, coord. João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 48;

<sup>42</sup> *Estoril-Termas*, Ed. Sociedade Estoril, 1923, s. p.;

que havia sido realizado em 1906, e que sublinhava as características do clima,<sup>43</sup> ou o XIII Congresso Internacional de Hidrologia e Geologia Médicas, realizado em 1930 ou, como argumentava a Sociedade de Propaganda da Costa do Sol, pela conjugação da proximidade do mar e do ar daí vindo, com a exposição solar, com a barreira protetora face aos ventos constituída pela serra de Sintra, e por fim com as características químicas das águas. Recorre igualmente à argumentação científica de especialistas e à divulgação dos seus projetos pelo recurso à imprensa e por uma hábil gestão política local e nacional.

Mas a publicidade da época ia mais longe e, sob o ponto de vista científico, apresentava as águas do Estoril como ideais para o tratamento de “doenças de senhoras” devido às irrigações nos banhos de imersão, doenças do aparelho circulatório, devido à composição química da água com efeito especialmente nos hipertensos, doenças de pele, do aparelho gastrointestinal, do aparelho respiratório e outras ainda, sendo então já apreciada “pelos estrangeiros que a procuram”, não deixando, contudo, “durante o verão ser bastante frequentada também como praia de banhos pelos portugueses e espanhóis. A sua proximidade a Lisboa, a facilidade de transportes, etc. tornaram de há anos o Estoril uma estância frequentadíssima em todas as estações”.<sup>44</sup> Por seu lado Raul Proença escreve, que “na região dos Estoris (...) já com pretensões a paragens civilizadas e com mimos de conforto e vegetação, e cuja fiada de vivendas, hotéis, casinhas rústicas ou palácios constitui a única estância cosmopolita que temos entre nós. Começa aqui, propriamente, a Riviera portuguesa – a Enseada azul.<sup>45</sup> De facto os olhos mergulham num deslumbrante azul, e o mar toma a cada momento tonalidades incomparáveis”.<sup>46</sup> Quando comparado com outros locais semelhantes o Estoril apresenta claras vantagens, seja pelos seus pinhais e conseqüente pureza da atmosfera, seja pelas alterações graduais das temperaturas, pela ausência de ventos, mas também as “suas lindas vivendas, bons hotéis, e excelente sistema de canalização, da sua água tão pura e leve como salutar, da sua magnífica praia de areia batida, dos seus inúmeros passeios, da pesca e outros divertimentos na baía, da sua luxuriante vegetação tropical e maravilhosa profusão de flores indígenas e exóticas, dos seus laranjais carregados de frutos doirados, de um céu azul e de um mar azul, temos uma estação de beleza e salubridade sem igual (...) quando a Inglaterra ainda está envolta em tristeza, nevoeiro, geada e neve”.<sup>47</sup> E sobre o Monte Estoril o mesmo autor, numa linguagem por vezes poética, refere as palmeiras com os seus leques oscilantes, o terreno que desce até à praia como se fosse um altar florido, onde “nos taludes desabrocham taças brancas, purpúreas,

---

<sup>43</sup> Neste âmbito sublinhe-se a comunicação “Mont’Estoril, on Riviera of Portugal and Cintra”, assim como os trabalhos do Dr. Gelásio Dalgado, sublinhando um continuado interesse pelas águas termais locais. Para um estudo mais profundo sobre as águas do Estoril e da Poça, sugerimos o trabalho de VILLARINHO, Luísa, *De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina*, Cascais (?), s. Ed, 2008, pp. 256 a 260;

<sup>44</sup> *Estoril-Termas*, Ed. Sociedade Estoril, 1923, s. p.;

<sup>45</sup> A designação de Riviera de Portugal é atribuída ao médico Daniel Delgado residente, no Monte Estoril, em 1905;

<sup>46</sup> *Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1ª edição, 1º vol., Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 594;

<sup>47</sup> *Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1ª edição, 1º vol., Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 595;

amarelas das belas flores (...), os pinheiros e abetos, de largas folhas recortadas e pendentes” que “ondulam ao vento como flabelos”, e claro, um ar impregnado de um perfume tépido que gerava “primaveras inextinguíveis”.<sup>48</sup> Tudo isto por contraponto a Cascais, de “população humilde” e “com as suas casinhas de pescadores, alguns prédios antigos, as praças solitárias (...)”,<sup>49</sup> num discurso na maioria das vezes historicista e tradicionalista, onde não ficam esquecidas as belezas ou o esforço da pesca e ignorando zonas de privilégio, mas dando com isso um importante contributo para a tão desejada harmonia de classes. Uma imagem de Cascais cultivada em filmes da década de trinta, que não esquecem de utilizar as belezas da vila ou os seus pescadores como cenário numa evocação de um país intocado. Por outro lado, contrapunha-se esta visão idílica do Monte Estoril, que vinha já de finais do século XIX, quando os planos de urbanização e as ligações ferroviárias propagandearam a zona. Igual prosa podemos encontrar na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, sob o título “O Mont’Estoril”:

“Não surgiu das ondas n’uma manhã fresca de abril, perfumada e gracil esta formosa povoação com as suas airosas casas perdidas entre os pinheirões como um bando de rolas. Debuxou-a primeiro na mente um homem de bom gosto e de iniciativa, que observa o estrangeiro e deseja mais imitar aqui, o que por lá ha de bom, do que fallar apenas de alheias bellezas com o desalento de quem julga impossível realizar entre nós coisas equivalentes (...). Hoje é já uma estancia deliciosa onde verão e inverno se pode habitar com commodidades e até com economia, apesar da luxuosa apparencia do local (...)”.<sup>50</sup>

É evidente que estas descrições são muito pouco isentas, e se é verdade que o Estado Novo viria a tirar partido do tipicismo piscatório de Cascais, onde pontuavam os pescadores remendando as suas redes, ou locais como a Boca do Inferno, a verdade é que Cascais e o Estoril souberam tirar partido da presença das classes altas portuguesas e europeias, ou da ligação ferroviária primeiro até Lisboa, ao Cais do Sodré, bastante publicitada em 1895, e já no século XX, ao *Sud-Express*, ainda que afastando definitivamente as freguesias do litoral das freguesias do interior.

Ainda assim, até ao surgimento das propostas de Fausto de Figueiredo, o Estoril era uma pequena aldeia piscatória, onde apenas sobressaía o seu convento e as termas de José Viana. Os projetos de Fausto de Figueiredo introduzem uma unidade urbana e paisagística porque são um projeto pensado de raiz num espaço delimitado e constituído por um conjunto de vales, dotado de boa água, sem impedimentos de circulação de ar, servido por uma linha férrea e por uma estrada, primeiro a Estrada Real, depois anos mais tarde a Estrada Marginal, e que beneficia de um novo hábito social que são os banhos e o sol. O projeto de Fausto de Figueiredo é verdadeiramente a primeira

---

<sup>48</sup> *Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1ª edição, 1º vol., Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 598;

<sup>49</sup> *Guia de Portugal, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1ª edição, 1º vol., Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 599;

<sup>50</sup> ANDRADE, Maria, *A linha de Cascais na Gazeta dos Caminhos de Ferro: 120 anos da Linha de Cascais*, Lisboa, Ed. CP Comboios de Portugal, 2011, p. s. n.º;

estância turística com efetiva dimensão e projeção além-fronteiras. O projeto, da autoria do arquiteto francês Henri Martinet, conheceu o início dos trabalhos no terreno em 1914, tendo o próprio Fausto de Figueiredo feito a sua apresentação no Parlamento. De facto, a I República via no turismo uma forma de angariar receitas e uma forma de projetar o regime, o que nos permite compreender a já referida criação, em 1911, de um Conselho de Turismo integrado no Ministério do Fomento. A instabilidade política e a I Guerra Mundial não permitiram implementar alguns dos projetos. Ainda assim, a perseverança permitiu, em 1918, a assinatura do contrato de arrendamento do ramal ferroviário, a inauguração do novo equipamento termal, o início de um conjunto de animações culturais e desportivas que ajudaram a construir a imagem do Estoril, a criação da Sociedade Estoril-Plage que vai gerir a componente turística e por fim a eletrificação da linha de Cascais, em 1926. A tudo isto temos de juntar a ideia de construção a uma escala pouco comum em Portugal.

O *Jornal de Cascais* dá-nos uma resumida cronologia dos acontecimentos ao escrever-se que “o Estoril vê o seu pinhal cair pouco a pouco, formigando os trabalhadores, aqui e além, na sua obra de aparente devastação, mas a que, afinal, correspondia o desejo de construir algo de interessante e de proveitoso para esta região (...)”. O artigo continua lembrando as dificuldades causadas pela guerra e a consequente interrupção ou o desânimo de alguns, mas também a nova ambição da eletrificação da linha férrea, com “(...) obras feitas que se desmantelam a dinamite (...)” ou a edifícios que “cedem lugar a outros mais recentemente projectados (...) dando vida ao taciturno Estoril (...)”. Foi-se o emaranhado pinhal, foram-se as locomotivas indolentes e imundas. Ficou-nos o Estoril e adquirimos comboios modernos. Foi-se a apatia, veio o movimento, a vida (...).<sup>51</sup>

De qualquer das formas a década de vinte trazia a Cascais e ao Estoril, mas também a outros pontos da linha, uma crescente animação materializada não apenas numa agitada vida noturna, mas também em eventos desportivos e sociais de referência. De acordo com a Sociedade Anónima do Estoril realizou-se no Parque Estoril, entre 2 e 7 de outubro de 1920, um muito falado Concurso Hípico, organizado Sociedade Hípica Portuguesa, que ali atraiu milhares de visitantes. Por outro lado, como menciona Cristina Carvalho, a existência de eventos desportivos pioneiros, a inclusão do Estoril, do Monte e de Cascais em guias turísticos como o *Satchel Guide*<sup>52</sup> ou o *Cook Traveller's Handbook* projeta internacionalmente o local.<sup>53</sup> Da mesma forma que o sol era um dos atrativos da zona amplamente publicitado, a velocidade também se tornou uma atração dos “Estoris” no final da década de vinte e inícios de trinta. Na verdade,

<sup>51</sup> “Fausto de Figueiredo e a Costa do Sol” in *Jornal de Cascais*, nº 131, de 4 de junho de 1933, Cascais, 1933;

<sup>52</sup> ANJOS, Maria Cristina Carvalho dos, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade em História Regional e Local, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2012, p. 5, cit. William Day Crockett e Sarah Gates Crockett – *A Satchel Guide to Spain and Portugal*, London, 1930, p. 389;

<sup>53</sup> ANJOS, Maria Cristina Carvalho dos, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade em História Regional e Local, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2012, p. 5, cit. Roy Elston – *Cook's Traveller's Handbook to Spain and Portugal*, 1930, p. 535;

o automóvel e a velocidade correspondiam a uma sensação de felicidade trazida pela década de vinte, após a I Guerra Mundial, que está na origem dos “loucos anos 20”. A esta sensação de felicidade associa-se o lazer, a frivolidade ou simplesmente a diversão, em doses e consumos diferentes. A publicidade, cada vez mais elaborada, à noite, ou ao desporto, com destaque para as provas de desporto automóvel, as corridas de cavalos ou de ténis, arrastam um público seletivo que, no caso do Estoril, Fausto de Figueiredo, Guilherme Cardim e Joaquim Ereira compreenderam dando vantagem à Estoril-Plage. É certo que os acontecimentos da moda não se restringiam ao Estoril, sendo célebres as corridas automóveis em Lisboa, no Campo Grande ou na Avenida da Liberdade, e que no contexto temos de considerar a criação da Junta Autónoma das Estradas, em 1927, com a consequente melhoria da rede viária, ou a implementação da primeira versão do Código da Estrada, em 1928, que determinou, entre outras regras, a de se circular pela direita. Em 1932, realizou-se o I Grande Prémio do Estoril, corrido em circuito fechado e num total de 2 790 metros, sendo a classificação obtida pelo máximo de distância percorrida num tempo previamente definido para um mínimo de 25 voltas exigidas aos concorrentes para se poderem classificar. O circuito, que tinha muito de promoção do local, tendo início junto à estação ferroviária, seguindo depois pela Avenida Sabóia, Largo das Palmeiras, voltava posteriormente de novo à Avenida Sabóia, Largo do Pinheiro, Avenida das Acácias, Estrada de Bicesse e terminava no Parque do Estoril. A estes eventos poderíamos acrescentar as muito noticiadas batalhas de flores, as regatas, bastante referenciadas desde os últimos anos do século XIX, os torneios de pesca desportiva ou, como aconteceu em outubro de 1929, a realização de eventos como a I Feira de Amostras do Estoril, iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, inaugurada pelo Presidente da República, ou a 1ª Exposição Canina, em 1931, ou ainda a Semana Náutica Internacional do Estoril, em agosto de 1936. Estes eventos sociais nas décadas de vinte e trinta eram tão importantes, que no início da década de vinte n’A *Ilustração Portuguesa* se escrevia que:

“as corridas de cavalos, os concursos hípicas, os campeonatos de tennis, de box e esgrima, todas as manifestações de sport, abrem novos horizontes, são grandes escolas de ritmo. Mais do que o corpo, elas dão uma grande agilidade de espírito. Sob o ponto de vista mundano, também são dignas de louvor estas belas iniciativas. As nossas elegantes têm poucas vitrines, posam pouco. É preciso dar-lhes pretextos, é necessário que elas apareçam, que se criem entre nós, as celebridades da elegância”.<sup>54</sup>

Começamos com a ideia, real nesta época, da necessidade “de se mostrar”, da qual falaremos quando do cinema, mas que nestes acontecimentos também é um facto. É evidente que as partidas de ténis, golfe ou as corridas de cavalos e de automóveis eram destinadas a uma classe mais sofisticada, à qual revistas e casas de moda davam

---

<sup>54</sup> MAGALHÃES, Paula Gomes, *Os loucos anos 20 – diário da Lisboa boémia*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Planeta, 2021, p. 35;

particular atenção, havendo mesmo modelos de *toilette* destinados a estes eventos. No caso feminino, particularmente, registre-se a grande diferença entre a década de vinte, considerada mais livre, e a de trinta, onde há desportos considerados “impróprios” pela sua invocada fragilidade ou pela moral vigente. Sendo poucas as praticantes femininas, ainda que existam, delas existem muito menos notícias e quando existem, na imprensa em geral, o desporto feminino é sempre visto numa visão sexista, escrevendo-se que o “desporto realça a figura feminina”, ou destacando “a feminilidade da mulher desportiva”. Com “praticantes simpáticas e graciosas”, mas sem dirigentes durante muitos anos, somos mais dirigidos para reparar no sorriso do que no gesto técnico. As exceções desportivas no campo feminino encontravam-se no hipismo, na natação, em alguns raros exemplos do automobilismo, na vela, na ginástica e no golfe, ou então numa visão politizada do desporto feminino onde a preparação física era vista como condição para se gerarem filhos saudáveis para o “revigorar da raça”. Apesar dessa diferença entre os anos vinte e os anos trinta, o desporto feminino em Portugal não foi pacificamente aceite. Isabel Cruz lembra que em 1923 chegaram a Portugal diversas desportistas de origem francesa, que vinham participar no Torneio de Ténis de Cascais, e onde o comportamento do público foi, segundo a imprensa, de uma “atitude incorretíssima, selvagem”, e onde os que “os insultavam, que enxovalhavam indecorosamente as nossas hospedes, não eram a ralé da nossa gente. Gente engravatada e bem enfarpelada (...)”.<sup>55</sup>

Voltando à questão do lazer nessa época vem a propósito lembrar do usufruto da praia e dos tempos livres, e igualmente da importância do caminho de ferro para quem não possuía automóvel para chegar às praias da Linha, sendo os “Estoris” e Cascais consideradas as praias chiques, que Paula Magalhães nos refere como frequentadas por uma “população rica e fidalga” que passava as manhãs na praia, dedicava as tardes aos chás e as noites à “grande parada das *soirées* nos casinos”, escrevendo que “vivía nos toldos e barracas como nos salões (...), contando as suas anedotas, narrando as suas impressões, criticando os costumes e mostrando as suas *toilettes*”.<sup>56</sup>



---

<sup>55</sup> CRUZ, Isabel, “A virilidade é uma ideia que as pessoas têm que os homens são melhores” in *Política, Género e movimento – Futebol Português*, coord. Nuno Domingos e Nina Clara Tiesler, Coleção História e Desporto, Lisboa, Ed. Edições Afrontamento, 2012, pp. 101 e 102;

<sup>56</sup> MAGALHÃES, Paula Gomes, *Os loucos anos 20 – diário da Lisboa boémia*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Planeta, 2021, p. 45 e 47;



Fausto de Figueiredo, um dos nomes fundadores do Grupo Desportivo Estoril Praia e nome incontornável no desenvolvimento da zona do Estoril e Cascais, c. 1945

AHMCSC/AEMP/HPL/A/002/1304

#### 4 – Os projetos e a figura de Fausto de Figueiredo

Não constitui erro histórico considerar Fausto de Figueiredo como o grande mentor desta zona, figura que nesta época a vê organizada e planificada, e conseqüentemente dotada de rentabilidade simbólica e económica. Na verdade, Maria Archer e Branca de Gonta Colaço referem-nos isso quando escrevem que “desde 1910 que Fausto de Figueiredo se ocupa da transformação do Estoril numa estância de turismo”.<sup>57</sup> São as mesmas autoras que nos elucidam que até aí “Santo António era apenas o lugarejo tranquilo do convento e dos balneários, amarrado às aparências de uma eterna mediocridade”.<sup>58</sup> Após a morte de Fausto de Figueiredo, Augusto de Castro lembra-o ao referir que “o Estoril nasceu do seu espírito” sendo “o primeiro a confiar na capacidade industrial de um turismo português – a conceber a existência perto da capital, de uma zona turística e internacional”.<sup>59</sup> No mesmo sentido são as palavras de Maria da Graça Briz referentes a essa época, que escreve que “o Estoril era, pois, uma pacata estância termal, entre o Monte e S. João, onde além do velho convento e da quinta de José Viana, com os seus banhos, pouco mais havia para atrair a atenção dos veraneantes”.<sup>60</sup>

Fausto de Cardoso de Figueiredo, nasceu a 17 de setembro de 1880 no Baraçal, freguesia do concelho de Celorico da Beira, sendo filho de António Cardoso de Figueiredo e de Maria José de Almeida Figueiredo, vindo a diplomar-se em farmácia, em 1904, pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, construindo desde cedo uma vasta e diversificada rede de contactos sociais e políticos. Ainda antes de terminar os seus estudos exerceu a sua atividade profissional na Farmácia Veiga, de Alberto da Costa Veiga, em Lisboa, na Rua dos Retroseiros. Tinha escritório no mesmo prédio José Ferreira do Amaral, abastado proprietário de São Tomé, que se torna o seu protetor político, vindo por isso a aderir ao Partido Regenerador Liberal. Representaria José Ferreira do Amaral na Assembleia Geral dos Obrigacionistas da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, o que o levou ao seu Conselho de Administração e a um universo novo, o dos Caminhos de Ferro, ocupando diversos cargos em várias empresas na administração do transporte ferroviário. Após a República viria a ser eleito deputado pelo Partido Republicado, ainda que nele não estivesse filiado.

Próximo da família Ferreira do Amaral, casou em Lisboa, no Lumiar, em 9 de maio de 1910, no Lumiar, em Lisboa, com Clotilde Hermenegilda Ferreira do Amaral, filha

---

<sup>57</sup> COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Ed. edição fac-similada, Lisboa, ed. CM Cascais e CM Oeiras, Ed. orig. Parceria António Maria Pereira, 1943, p. 304;

<sup>58</sup> COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Ed. edição fac-similada, Lisboa, ed. CM Cascais e CM Oeiras, Ed. orig. Parceria António Maria Pereira, 1943, p. 317;

<sup>59</sup> CASTRO, Augusto de, *Fausto de Figueiredo (discurso pronunciado em 16 de setembro de 1951. Por ocasião da transladação do seu corpo para o cemitério do Estoril)*, s.l., tip. Emp. Nac. de Publicidade, s. Ed. 1951, pp. 6 e 8;

<sup>60</sup> BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitetura de veraneio: os Estoris 1880/1930*, (policopiado), Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 112;

de José Ferreira do Amaral, natural da freguesia de Santana, ilha de São Tomé.<sup>61</sup> Fixou residência em 1911 no *Chalet* Maria Helena, no Monte Estoril, vindo posteriormente a residir no Estoril, sendo que a saúde da esposa constituiu um fator determinante e daí as suas estadas regulares nas estâncias termais europeias e que o leva mesmo a deslocar a Paris e a contactar o arquiteto Henri Martinet, e que dará origem ao projeto *Estoril – Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*. Recorde-se que Martinet colaborou com os caminhos de ferro franceses e com algumas estâncias balneares, nomeadamente de Hendaia, onde os projetos urbanísticos de 1906 deram significativa inspiração ao projeto do Estoril de 1914. O projeto, de grande modernidade em matéria turística, imprimirá o seu cunho no futuro da zona e dos seus protagonistas. Note-se também que este projeto marca igualmente um momento áureo das estâncias termais portuguesas, fazendo já a transição de uma visão sanitária que vem do passado, para uma articulação com o turismo, que Fausto de Figueiredo antecipa, pelo menos de forma organizada e rentável.

Em 1913 Fausto de Figueiredo é iniciado na Maçonaria, na Loja Acácia, filiada no Grande Oriente Lusitano Unido, adotando o nome simbólico de Adamastor.<sup>62</sup> Existe hoje escassa documentação sobre esta sua passagem pela Maçonaria, constando o anúncio da sua entrada, ou iniciação em linguagem maçónica, de uma carta da Loja Acácia com data de 5 de dezembro de 1913, dirigida a outras Lojas do Grande Oriente convidando-as a estarem presentes nessa ocasião. No convite sublinha-se a passagem onde se escreve “para que esta festa maçónica revista o maior brilhantismo pedimos a súbita fineza de envidardes todos os esforços para que o maior número d’obreiros d’essa Respeitável Loja compareça, o que desde já agradecemos.” Passados todos estes anos, e à falta de outros elementos, desconhecemos se esta linguagem tem por razão de ser a natural cortesia maçónica, algo comum neste tipo de acontecimentos, ou se Fausto de Figueiredo seria uma figura predominante no meio maçónico, o que também é admissível. À falta de documentação maçónica hoje conhecida, faz-nos desconhecer as razões da entrada de Fausto de Figueiredo na Maçonaria, ou sequer quem teria assinado a sua petição de iniciação, ainda que se possa especular, e apenas isso, que os laços familiares criados com José Luís Constantino Dias, Marquês de Vale Flôr e um dos mais importantes maçons da época, rico proprietário e produtor de cacau em São

---

<sup>61</sup> Luísa Villarinho informa do seu nascimento na Roça Uba-Budo. De facto, José Ferreira do Amaral, produtor de cacau em São Tomé, possuía nesta antiga colónia portuguesa em África as roças Bindá, Buenos Aires, Santa Clotilde e Uda-Budo, in VILLARINHO, Luísa, *De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina*, Cascais (?), s. Ed, 2008, p. 300. Pode-se estranhar o porquê do seu casamento se celebrar na Capela da Quinta de Cabanas, no Lumiar, em Lisboa. Consultado o registo de casamento percebemos o porquê, já que nos surge o nome do Reverendo Presbítero Eduardo Ferreira do Amaral. Fausto de Figueiredo, dado como farmacêutico, residente então na Rua da Princesa 177 – 4º, freguesia de São Nicolau, em Lisboa, teve por uma das testemunhas Augusto Carreira de Sousa, banqueiro e rico proprietário da zona da Ameixoeira;

<sup>62</sup> Registo no Livro Geral de Obreiros com o número 9432 de 12 de dezembro de 1913;

Tomé, na Roça Boa Vista, possa ter sido uma influência relevante.<sup>63</sup>

Certo é que não desempenhou quaisquer cargos maçónicos sendo, no entanto, próximo de Afonso Costa, vindo mesmo a ser irradiado, segundo os registos por falta de pagamento. De Afonso Costa, virá a afastar-se e contra o qual escreverá na imprensa e num folheto volante, aproximando-se de Álvaro de Castro e acusando o primeiro de incitar o arquiteto Martinet a arrastar em tribunal um desacordo com a Sociedade Estoril, razão do seu afastamento do projeto inicial e ao qual voltaremos. Já aderente aos ideais republicanos e apoiante do novo regime logo em 1911, no qual foi deputado, exercerá as funções de vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais, e de presidente em exercício, entre 21 de março de 1911 e 3 de junho de 1913, voltando à presidência desta autarquia entre 29 de julho de 1913 e 31 de dezembro desse ano, assumindo até 1914 o cargo de presidente da Comissão Executiva Municipal. Voltará ainda de novo a ser presidente camarário entre 16 de junho de 1919 e 31 de dezembro de 1922.

Serão os seus conhecimentos do concelho, ao mesmo tempo que habituado a frequentar estâncias de saúde como Biarritz ou Cannes para tratamentos da sua esposa ou pessoais e ainda à sua passagem pelos Caminhos de Ferro, que desde cedo o levam a perceber as potencialidades climáticas e turísticas da zona entre o Estoril e Cascais e das potencialidades do projeto que envolve o imenso pinhal inexplorado de Santo António do Estoril, assim como das ricas águas termais da zona, o que coloca a zona ao nível de outros locais similares na Europa. Prevendo o futuro, funda a Sociedade do Estoril, que virá a centrar a sua atividade na eletrificação da via-férrea, o que concretizará em 1926, e leva-o a conhecer profundamente o concelho, fundando a 3 de dezembro de 1913 com o seu cunhado, Augusto Carreira de Sousa, a empresa Figueiredo & Sousa.<sup>64</sup> Logo em 1914 adquire a Quinta de José Viana a Maria da Conceição Guerra Quaresma Viana, e a 17 de março desse ano, é-lhes dada a licença de exploração das termas do Estoril. Com data de 11 de junho, existe já um requerimento da Figueiredo & Sousa Lda, pedindo autorização para construir um “parque e edifícios”.<sup>65</sup> É igualmente nesse ano de 1914 que é publicado o concurso lançado pelo Ministério do Fomento com o Decreto nº 1 046 de 14 de novem-

---

<sup>63</sup> Não sendo conhecida hoje a petição de iniciação maçónica de Fausto de Figueiredo é interessante olhar para a sua certidão de casamento, sabendo-se que a sua esposa nasceu em São Tomé, como atrás foi referido, e que “foram testemunhas presentes, que sabe serem os próprios, o sr. Conselheiro Ernesto Driesel Schroter, Ministro de Estado Honorário, o Senhor Augusto Carreira de Sousa, comerciante, representando o Senhor Marquês de Valle Flôr, a senhora Dona Aida Celeste Ferreira de Amaral Carreira de Sousa, representando a senhora Marquiza de Valle Flôr e a senhora Dona Maria do Rosário Silveira de Amaral, todos moradores em Lisboa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Paroquiais, Lumiar, Casamentos, 1911, fls. 6-6v., nº 8). Recorde-se também que o Marquês de Vale Flôr, então ainda Conde está registado nos Livros Gerais maçónicos com o número 2889, uma numeração que indica ter sido feita entre 1898 e 1900, quando foram redigidos estes livros, ainda que com efeitos retroativos. Fausto de Figueiredo será registado no Livro Geral de Obreiros, em 1913, com o número 9432;

<sup>64</sup> Augusto Carreira de Sousa seria igualmente sócio de Fausto de Figueiredo nas sociedades Estoril e Estoril Plage, assim como na Companhia de Caminhos de Ferro, revelando-se um forte elo de ligação a Fausto de Figueiredo. Viria a falecer de forma repentina com a idade de 50 anos.

<sup>65</sup> Documento da exposição “A invenção do Estoril”, Casa Sommer, Cascais, 2024-2025, AHMCSC/AADL/CMC/L/E/001/004/962, Tb. Catálogo da exposição “A invenção do Estoril”, coord. João Miguel Henriques, Casa Sommer, Cascais, Org. Arquivo Histórico Municipal de Cascais, janeiro de 2025, doc. AHMCSC/AADL/CMC/L/E/001/004/962, p. 99.

bro, que posteriormente dará origem ao contrato assinado entre a Estado, a Companhia dos Caminhos de Ferro e a Sociedade do Estoril que previa a eletrificação do ramal de Cascais. É a fase em que sonha transformar o Estoril numa estância de luxo, que batizou com o nome de *Estoril-les-Bains*. Neste contexto histórico também não é de somenos importância o facto de em 18 setembro de 1915 ter sido constituída a paróquia do Estoril, composta então pelas povoações do Estoril, de São João do Estoril, de Cai-Água,<sup>66</sup> do Livramento, da Alapraia e da Galiza. Verificamos que nestes quatro anos, entre 1910 e 1914, Fausto de Figueiredo faz uma inteligente gestão e cruzamento de informação nacional, local e empresarial, vislumbrando oportunidades e projetos, a médio e longo prazo, que se repercutem no plano hoteleiro e desportivo.

Cabe aqui referir que as ideias de Fausto de Figueiredo começam a ganhar corpo ainda no final de 1913. Escrevia o jornal *O Século* que

“a transformação dos Estoris n’uma verdadeira *riviéra*, extraordinária iniciativa de um grupo de capitalistas portugueses, no qual está o sr. Fausto Cardoso de Figueiredo (...). Como dissemos, no projecto de melhoramentos figura uma estação termal, aproveitando-se para esse fim uma nascente, cujas águas, há muito se dizia serem admiráveis para combater certas doenças e, em especial, as moléstias da pele. Os iniciadores de tão arrojados trabalhos, não desconhecendo isso, desde logo pensaram na sua exploração para tornar assim, quanto possível, completa a sua obra monumental”.<sup>67</sup>

Informa *O Século* do recurso a médicos especialistas e que Fausto de Figueiredo pretendia avançar com o seu projeto com capitais exclusivamente portugueses, incluindo-se neste grupo de investidores “o importante agricultor de S. Tomé sr. Ferreira do Amaral”, grupo que dispunha “dos capitais suficientes para empreender a transformação dos Estoris”. Escreve-se ainda que “a futura *riviera* portuguesa excederá em tudo a da França e a da Itália, porque o clima é incomparável”. Escreve-se também que “o plano é vasto e grandioso” devendo o estabelecimento termal ficar como um dos melhores da Europa. Previa-se a construção de um hotel destinado aos doentes, que:

“embora disponha de todas as comodidades e confortos, todavia, não será de um requintado luxo, porque é necessário ter em vista que, sendo destinado apenas a doentes, como tal tem de observar determinados princípios estabelecidos n’esses casos (...).<sup>68</sup>

Aponta-se já para a criação “dentro da grande propriedade, em Santo António do Estoril, conhecida pela Quinta dos Viannas” para a construção de um grande e luxuoso hotel, o “Palace”.

---

<sup>66</sup> Cai-Água era o nome original de São Pedro do Estoril, nome de uma ribeira que ali desaguava. O nome foi alterado oficialmente a partir de 1926.

<sup>67</sup> Os melhoramentos dos Estoris ficarão uma *riviera* sem rival” in *O Século* nº 11 490 de 5 de dezembro de 1913, Lisboa, 1913;

<sup>68</sup> Os melhoramentos dos Estoris ficarão uma *riviera* sem rival” in *O Século* nº 11 490 de 5 de dezembro de 1913, Lisboa, 1913;

Entre esta publicação na imprensa, de 5 de dezembro de 1913, e a apresentação publica do projeto *Estoril – Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, desenhado por Henry Martinet, apresentado na Câmara dos Deputados e divulgado também na imprensa lisboeta, em 1914, decorrem escassos meses, mas similitude das ideias e o tempo, demonstram que o mesmo estava já gizado em 1913. Em maio de 1914, com um sentido de engrandecer o projeto, e sob o título “Uma iniciativa grandiosa”, o jornal *O Século* interrogava-se se o projeto de “indefinida aspiração de sonhadores”, podendo ser visto sob a forma álbum, tem na sua introdução um espírito galvanizador, algo nacionalista e de ambição com vista ao futuro. Logo na introdução nos lembra que a par da “sede de progresso que se observa” se vivia em Portugal:

“das tradições, e para ellas se appellava sempre nos momentos difíceis”. (...) Mas esse tempo de mórbida indecisão passou (...). Nada mais consolador que verificar essa vertigem de ideias que se agitam, de iniciativas que surgem, de actividades que despertam. (...) Dentro de alguns anos, terminada a epocha de transição, as forças vivas do paiz sentirão a benéfica influencia d’este novo espirito que se infiltra no nosso organismo collectivo.<sup>69</sup>

Começando por seduzir quem o lê, com números do turismo em França naquela época, rapidamente se lembra que Portugal, “apesar de não lhe faltarem condições para ser um dos paizes mais visitados, é lamentável constatar-se que o turismo e as industrias derivadas não passaram ainda da phase embryonaria”.<sup>70</sup> Acrescia o facto de outros países cativarem o turista dando-lhe todas as comodidades e divertimentos. Acrescentava Fausto de Figueiredo, aproveitando notavelmente o espírito político da época que o resultado era a

“maior quantidade de ouro que os portuguezes levam lá para fóra, nas suas viagens ao estrangeiro, do que a que deixam no nosso paiz os raros turistas que nos visitam. E, no entanto, ninguém pode negar que o turismo beneficia, não só a vida local dos paizes onde se exerce, animando o seu commercio, a sua industria, mesmo as suas artes e as suas sciencias, como ainda representa para o próprio Estado indiscutíveis vantagens. Pense-se nas receitas provenientes da venda de bilhetes de caminho de ferro, nos impostos de sello e de consumo, nas taxas que incidem sobre a viação automóvel, e teremos logo uma ideia da importância d’essas receitas”.<sup>71</sup>

O projeto apresentava-se num álbum que previa a construção de três hotéis, um novo estabelecimento termal, um edificio para banhos de mar, casino, teatro, espaços

---

<sup>69</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada), 1914, pp. 9 e 10;

<sup>70</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada), 1914, p. 14;

<sup>71</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada), 1914, p. 14;

comerciais e um Palácio de Desportos, junto do qual se poderia praticar desportos tão diversos como a patinagem, o ténis, o croquet, o cricket, a patinagem ou o hipismo. para além de um jardim que se estendia em frente ao mar. Na verdade, escrevia-se que “uma das coisas que se reputa de maior urgência crear-se entre nós são os grandes hotéis, á similhaça dos que existem nos outros paizes de florescente turismo (...)”, logo acrescentando que

“hotéis sem casinos, annexos e diversões de toda a ordem, seriam qualquer coisa comparável a um excelente teatro sem palco, sem músicos e sem actores. Por isso as vantagens e isenções que o Estado tem obrigação de conceder ás iniciativas privadas no sentido de promover a construção de hotéis modernos deveriam tornar-se extensivas a todas as peças d’esse complexo mecanismo que tão indispensável é ao turista abastado, quer dizer, áquelle que maior interesse temos em attrahir (...).<sup>72</sup>

Refira-se que todo o projeto de Fausto de Figueiredo assentava na ideia de que à economia portuguesa o que interessava era um turismo de luxo, com grandes hotéis e casinos, mas também em zonas privilegiadas, onde existisse um conjunto de infraestruturas, de entre as quais desportivas e de lazer. Para tudo isso o Estado deveria dar o seu apoio, legislativo e fiscal, a todas as iniciativas que espelhassem dimensão e qualidade. Um desses apoios reclamados por Fausto de Figueiredo era em matéria de taxas alfandegárias, já que, como sublinha Maria da Graça Briz, a deficiente indústria nacional onerava significativamente algumas importações, nomeadamente de mobiliário para a indústria hoteleira. Aliás, o próprio Fausto de Figueiredo refere, a propósito da indústria nacional, um “deplorável ciclo vicioso: não se fazem grandes hotéis porque a marcenaria nacional não está habilitada a mobilá-los convenientemente; não se fabricam mobiliários próprios para esses modernos estabelecimentos, pela simples razão de que não existem!”.<sup>73</sup> Argumentando que o conforto se deveria aliar ao bom mobiliário, e que este estava sujeito a impostos altíssimos, cuja isenção não precisava de ser permanente a fim de não prejudicar a indústria nacional, e que mesmo que essa isenção fosse permanente, a indústria portuguesa acabaria por vencer essa competição pelo facto de se construírem mais unidades hoteleiras ou de beneficiar de menores custos de transporte. De facto, só em parte a argumentação de Fausto de Figueiredo é verdadeira. Desde pouco antes da I Guerra Mundial até à década de trinta a questão não estava só nos impostos, mas naquilo a que Fausto de Figueiredo diz não dizendo: no “bom gosto”, que não é tanto uma questão de bom gosto em si, mas de modernidade e de inovação que, de facto, a indústria nacional não tinha. Especialmente na década de vinte, assistimos a uma competição cerrada entre a indústria de mobiliário francesa e alemã, com as empresas de design de interiores francesas a produzirem móveis para os salões de hotéis, em

---

<sup>72</sup> Estoril, *Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada, 1914, p. 16;

<sup>73</sup> Estoril, *Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada, 1914, p. 16;

confronto com algumas inovações alemãs tendo por base o design da Bauhaus. Também de referir que no caso do Estoril, como aconteceu frequentemente além-fronteiras, existiram arquitetos que projetaram algum mobiliário dos hotéis e produziram a decoração dos interiores, incluindo a iluminação.

São, de facto, de sublinhar os aspetos pensados por Fausto de Figueiredo para aquela zona, que foram estruturantes ao ponto de hoje muitos deles ainda continuam a marcar a paisagem. São também de sublinhar aspetos inovadores para a época, como o de convidar a imprensa para a apresentação do projeto que divulgou o projeto e comprometeu dirigentes políticos, e que nas suas palavras transcritas anos mais tarde, pôs em relevo as dificuldades por que passaram as obras, todas as dificuldades burocráticas e amarguras que

“fariam desanimar quem não tivesse tão arreigado amor pelo seu patriótico empreendimento, tão enranhada a esperança no êxito dessa obra (...). A obra empreendida pela Sociedade Estoril é daquelas, disse o sr. Fausto de Figueiredo, que tanto pode ser atribuída a um louco como a um especulador menos escrupuloso. A maledicência, se essa obra não frutificar, dirá que ela só por um louco poderia ser concebida; se frutificar, dirá que o dinheiro, bem ou mal, tudo vence. Podia, porém afirmar, para honra de todos, que para vencer, não tem havido compras nem vendas que possam ser qualificadas de ilegítimas ou imorais”.<sup>74</sup>

Da mesma forma, em 1914, Fausto de Figueiredo manifesta-se contra a burocracia que impede o desenvolvimento turístico, numa época em que “todos os anos, uma estranha legião de viajantes vindos de toda a parte invade as mais pitorescas regiões da Europa”, onde

“as estações de águas, as praias de banhos, os ares da montanha, são a cada passo procurados como antídoto as mil e uma misérias que atormentam a humanidade culta. Quem não há ahi que não saiba, ao menos por ouvir dizer, que se tomam banhos de sol e de luz, como se tomam banhos de iodo e de lama, e banhos gelados e banhos de vapor, que há que melhorar a saúde e obtenha alívios (...). Tudo isto se faz, em lugares longínquos, que por forma genérica costumamos designar: *lá fora*. É *lá fora* que o turismo floresce, *lá fora* que existem os grandes e sumptuosos hotéis, cheios de luxo e de conforto, *lá fora* (...) os casinos, os magníficos estabelecimentos thermaes, as praia de banhos da *élite*, os terraços suspensos sobre o mar (...). Pois ahi temos, a dois passos de Lisboa, o desejado Oasis (...), a encosta do Estoril (...). Ora (...) o *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, não é já uma noção vaga, uma aspiração indefinida de sonhadores. Todos os planos estão minuciosamente feitos e estudados. No instante em que escrevemos já cerca de duzentos homens iniciaram os trabalhos preliminares

---

<sup>74</sup> “No dia 16 de Setembro de 1918...” in *A Nossa Terra* nº 232 de 1 de outubro de 1960, Cascais, 1960;

de aterros e desaterros, construção de avenidas, pesquisa e captação de águas thermaes, ensaios de plantas decorativas (...).<sup>75</sup>

Na verdade, como já escrevemos, desde 1910 que as preocupações de Fausto de Figueiredo se haviam virado para o Estoril, que reunia todas as condições que ele julgava inerentes a um grande projeto turístico: relativamente próximo de Lisboa, mas também do charme aristocrático de Cascais, apesar de já se viver numa jovem República, tinha o mar<sup>76</sup> e a serra, águas termais, bom clima e imensos terrenos por urbanizar.

Idealizara Fausto de Figueiredo um grande hotel, o *Palace Hotel*,

“reunindo nas suas instalações a ultima palavra do conforto e os mais rigorosos preceitos da esthetica. (...) Proximo d’este local serão construídas as thermas, com o seu hotel adjacente, communicando os dois edificios entre si por uma galeria envidraçada. (...) Do lado direito – estamos sempre, é bom recorda-lo, na esplanada do Casino -, proximo da entrada principal, fica o Hotel do Parque. Embora com instalações de primeira ordem, os seus preços serão mais modestos que os do *Palace Hotel*, e isto na louvavel intenção de tornar o estabelecimento acessível a todos. Mais acima, um pequeno pavilhão destinado a banhos de sol, de luz, e outros modernos systemas therapeuticos. Segue-se o Parque. É positivamente enorme: muitas dezenas de hectares cobertos de pinhal com o terreno accidentado e cheio de pittoresco (...), onde se disfructam sempre novos panoramas (...).<sup>77</sup>

Projetava-se que a entrada do Parque ficasse quase em frente da estação de caminho de ferro, “simples e grandiosa”. A criação de diversos estabelecimentos comerciais,<sup>78</sup> de “artigos elegantes” nas suas palavras, no que se constituiria a zona central do Estoril, tinha em vista refletir o tipo de clientes consumidores desses bens e que constituíam o público-alvo a quem era dirigido preferencialmente o projeto, sendo que essa entrada seria cortada por “duas avenidas de meio quilómetro de comprimento, bordadas de palmeiras” entre as quais haveria amplos relvados e jardins e a que não são estranhas as ideias das cidades-jardim de Martinet, inspiradas no modelo da Riviera francesa e de Biarritz em particular, que tal como o Estoril tivera um plano geral de loteamento e de arruamentos feito pelo arquiteto Eugène Ducazan, um passeio marítimo e alguns equipamentos de referência. Fausto de Figueiredo ia mais longe e previa que no cimo das avenidas se construísse um Casino, “um esplêndido edifício, nada inferior ao que no estrangeiro existe de melhor no genero”,<sup>79</sup> capaz de atrair uma clientela nacional e

---

<sup>75</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada, 1914, pp. 46 a 49;

<sup>76</sup> A praia do Tamariz, ancestralmente conhecida por praia do Juncal;

<sup>77</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada, 1914, p. 50;

<sup>78</sup> Estes edifícios comerciais em semicírculo pensados por Fausto de Figueiredo, hoje conhecidos pelas “arcadas do Parque”, ainda que seguindo os desenhos de Martinet, só estariam terminados em 1932 e sofreram acrescentos posteriores;

<sup>79</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada, 1914, p. 49;

internacional flutuante, mas endinheirada. Esse casino “de vastos e luxuosos salões profusamente iluminados a luz electrica”, deveria igualmente ser dotado com janelas amplamente rasgadas sobre terraços abertos a toda a gente. Estas ideias mereceriam o particular apoio do Ministro do Fomento Tomás Cabreira, publicando-se ainda nesse ano, a 2 de dezembro de 1914, de legislação, através do Decreto nº 1121,<sup>80</sup> que definiu um conjunto de vantagens e de condições para quem promovesse a construção de grandes hotéis ou de casinos. Mas ideias propostas iam mais longe já que se pedia a isenção do pagamento da contribuição de registo para quem construísse novos edifícios com vista à atividade hoteleira, isenção da contribuição predial e industrial por um período de dez anos, e ainda que nenhuma contribuição especial pudesse ser lançada pelas corporações municipais durante um período de vinte anos, exceção feita aos impostos gerais de consumo cobrados pelo Estado e municípios. Eram ainda propostas limitações à construção de edifícios contíguos, capacidade mínima de acolhimento e condições dos seus alojamentos, assim como apoios com vista a obras de ampliação e melhoramentos. Por último, era considerada de urgente necessidade a construção de novas unidades hoteleiras em vários pontos do país, de entre os quais Estoril-Cascais.

O projeto arrancaria com um Casino cuja primeira pedra seria lançada a 16 de janeiro de 1916, numa cerimónia que contou com a presença de Bernardino Machado, então Presidente da República e de alguns membros do governo.<sup>81</sup> Escrevia *O Século* que a cerimónia se revestiu de “grande imponência”, tendo o Presidente da República chegado de automóvel e acompanhado por Afonso Costa, enquanto chefe do governo, e ainda Artur Costa e Luís Barroso da Cruz. Bernardino Machado visitou algumas das poucas edificações nascentes, existindo então uma alocução de Henri Martinet. Depois de Bernardino Machado ter discursado, foi lavrado o auto do momento, em pergaminho, e onde se escrevia que:

“aos dezasseis dias do mês de Janeiro de mil novecentos e dezasseis, pelas 15 horas, Sua Excelência o Senhor Doutor Bernardino Luiz Machado Guimarães, Presidente da Republica Portuguesa, colocou a primeira pedra d’este edifício, mandado construir pela Sociedade Estoril, por iniciativa dos Senhores Fausto Cândido de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, segundo os planos traçados pelo architecto sr. Henry Martinet, de Paris, executados pela *Société des Travaux Publiques et Privés de Paris*, assistindo a este acto o Presidente do conselho de ministros, doutor Afonso Costa, os membros do governo da Republica, representantes do Congresso da República, do corpo diplomático estrangeiro, dos Senados Municipaes de Lisboa, Cascaes, Cintra, Oeiras, autoridades civis e militares do distrito de Lisboa e delegados das principaes coletividades do paiz”.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> *Diário do Governo*, 14 de dezembro de 1914, I série, nº 225, Decreto Lei nº 1121 – concessão de vantagens a empresas que no prazo de cinco anos construam edifícios para a instalação e exploração de hotéis, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/1121-485241>;

<sup>81</sup> Em relatos posteriores existem algumas imprecisões na cronologia dos acontecimentos, que nos dispensamos de abordar aqui por não ser esse o tema de trabalho. No entanto, o *Diário de Notícias* de 1958, refere a inauguração das primeiras obras das termas (e não das termas) em 1918, o que coincide com outras fontes;

<sup>82</sup> “A primeira pedra do grande Casino” in *O Século* nº 12 251 de 17 de janeiro de 1916, Lisboa, 1916;

Como se escreve, a responsabilidade técnica da obra era da *Société des Travaux Publiques et Privés de Paris*, sob a direção técnica do arquiteto Henri Martinet. Em discurso proferido nessa cerimónia, José Nunes da Matta enalteceu a iniciativa face ao contexto político e económico do país, e ao decorrer da I Guerra Mundial. O mesmo José Nunes da Matta consideraria a iniciativa como um “sinal de progresso” face à situação económica do país, afirmando que:

“as obras notáveis já iniciadas vieram, neste momento difícil da nação, em que, a par da crise da alimentação, há a crise da falta de trabalho, dar o pão e o conforto a centenas ou antes milhares de pessoas que, sem estas obras, teriam sofrido misérias e privações”.<sup>83</sup>

Note-se que as fotografias hoje conhecidas, datadas de 1914, espelham bem o andamento das obras, assim como as alterações paisagísticas da zona, nomeadamente no que era o seu pinhal.<sup>84</sup>

É também nesse ano de 1916 que são publicadas as plantas do *Palácio dos Sports do Estoril*, cujo autor António Rodrigues Silva Júnior sucede a Henri Martinet. Porém, a instabilidade política vivida durante a I República, o contexto político internacional igualmente instável, nomeadamente pela Guerra 1914-1918 e suas consequências de mobilidade, económicas e humanas, fez com que em 1918 pouco se tivesse avançado. Ainda assim, em 1917, foram publicadas alterações ao projeto inicial, da autoria de António Rodrigues da Silva Júnior e logo no ano seguinte, a 25 de agosto, reabrem ao público as antigas termas, ainda que em fase de acabamento, vindo o edifício a conhecer três versões e afastando-se da ideia inicial.

Ocorre, entretanto, também o afastamento de Martinet do projeto, por desacordo com Fausto de Figueiredo, com este a acusar Afonso Costa de incitar Martinet a prolongar artificialmente um litígio em tribunal, causa do afastamento definitivo entre os dois e que transbordou para a imprensa. Nesta, surgem também notícias de deficiências técnicas nos assentamentos das fundações de algumas construções e que servem de argumento neste litígio. Cristina Carvalho, transcrevendo a revista *Arquitetura Portuguesa*, refere-nos que

“depois de se ter ido buscar ao estrangeiro artistas para concessionar as obras e dirigi-las, embora tivessem sido escolhidos os que a fama considerava como mais abalizados, se viu a Sociedade Estoril na necessidade de lhes dispensar os serviços, cunhando, ainda a tempo, que tinha no seu próprio país, quem melhor se desempenhasse do grandioso encargo”.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> CARVALHO, Cristina, *O Turismo no Estoril dos anos 30: modernidade, glamour e propaganda*, Col. Ecos da História, Lisboa, Ed. Chiado Books, 2019, p. 37;

<sup>84</sup> Catálogo da exposição “A invenção do Estoril”, coord. João Miguel Henriques, Casa Sommer, Cascais, Org. Arquivo Histórico Municipal de Cascais, janeiro de 2025, pp. 30 e 31;

<sup>85</sup> CARVALHO, Cristina, *O Turismo no Estoril dos anos 30: modernidade, glamour e propaganda*, Col. Ecos da História, Lisboa, Ed. Chiado Books, 2019, p. 99, cit. *Arquitetura Portuguesa*, novembro 1918, p. 42;

Entretanto, em novembro de 1915, já uma Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses havia aprovada a eletrificação da linha de Cascais, ano em que também era fundada a Sociedade Estoril, sucedendo nos projetos da Figueiredo & Sousa. A 7 de agosto de 1918 foi assinado o contrato entre a Sociedade Estoril e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses,<sup>86</sup> no qual se previa o arrendamento da exploração da linha de Cascais, e se obrigava a Sociedade Estoril a ter material fixo e circulante próprio, pessoal também próprio, ligações à rede nacional, obrigando-se a Sociedade a fazer a eletrificação entre o Cais do Sodré e Cascais, pagando por isso uma renda anual de dez por cento da receita total, descontados os impostos. Com esta previsão de eletrificação do designado “ramal de Cascais”, os trabalhos começaram quase de imediato, a 19 desse mês, através de um contrato válido por cinquenta anos. Avançava também a fase de urbanização e venda de terrenos, assim como de construção de algumas habitações, acabando a Lei 1909, de 1935, por vir a funcionar essencialmente como elemento disciplinador. Na verdade, em 1918 a Sociedade Estoril, à qual estava ligado Fausto Figueiredo, promovera um concurso de projetos e venda de terrenos com vista à urbanização da zona, iniciativa secundada por diversos construtores individuais e empresariais. Na verdade, essa opção, surge na sequência da necessidade de angariar capitais, o que levou a Sociedade Estoril a estimular a urbanização e comercialização de terrenos nesse ano de 1918, constituindo-se a Companhia Edificadora Portuguesa com o objetivo de efetuar a construção também por sua iniciativa.

Já nesse contrato que referimos, de agosto de 1918, se reconhecia que um dos problemas de difícil solução na via-férrea, seria o das passagens de nível, havendo para isso algumas medidas, sendo também nesse ano que se inicia um processo de modernização da linha e das estações da linha de Cascais, procedendo-se no caso dos edifícios à substituição das estruturas de madeira por edifícios em pedra e alpendres em telha e ferro forjado, alguns dos quais ainda hoje existem. Já então se reconhecia que a estação de São João do Estoril estava completamente remodelada e ampliada, da mesma forma que se iria substituir “a velha barraca de madeira que serve de estação ao aristocrático Monte-Estoril”, enquanto que ao Estoril caberá uma “espaçosa gare, construída num estilo arquitectónico idêntico ao das lojas do Parque”. No Cais do Sodré era intenção a construção de uma nova estação “com todas as condições modernas necessárias à rapidez de um enorme tráfego e desaparecendo a velharia que hoje existe”.<sup>87</sup> Refira-se que a este propósito, a Sociedade Estoril irá manter a exploração da Linha de Cascais até dezembro de 1976.

A exploração ferroviária é indissociável do Estoril como destino turístico, seja ele de carácter terapêutico ou de lazer. Assim, desde cedo e até aos anos vinte, o Estoril

---

<sup>86</sup> Assinaram esse contrato o Secretário de Estado do Comércio, Mendes de Amaral, os representantes da CP, Melo e Sousa e Costa Ferrão e ainda, pela Sociedade Estoril, Correia de Sousa e Sommer Ribeiro;

<sup>87</sup> ANDRADE, Maria, *A linha de Cascais na Gazeta dos Caminhos de Ferro: 120 anos da Linha de Cascais*, Lisboa, Ed. CP. Comboios de Portugal, 2011, pp. 53 e 54;

ainda se apresenta como ideal para tratamento de “moléstias cutâneas”.<sup>88</sup> O novo estabelecimento termal apenas abrirá ao público em 25 de agosto de 1922, provisoriamente, e por isso, uma brochura de 1923 nos diz que, nessa data, se encontrava em fase de acabamento. Pretendia-se como um projeto de referência internacional, pela qualidade espacial das áreas e respetivos equipamentos, que incluíam um majestoso átrio monumental para acolhimento dos visitantes, serviços de balneoterapia e crenoterapia, salas de duchas, massagens, ginásio, eletroterapia, inalações, mecanoterapia passiva e ainda uma piscina interior. Nessa pequena brochura publicitária é-nos referido que “o estabelecimento construído para o aproveitamento da água minero-medicinal, foi planeado com grandeza, luxo e conforto, sendo já hoje, se bem que ainda por concluir na totalidade das suas instalações, o primeiro da Península”.<sup>89</sup> Por essa brochura ficamos a saber que ainda não está em funcionamento o solário previsto, para banhos de luz natural e artificial “corada”, uma sala já em funcionamento de mecanoterapia para aplicação de massagens com o auxílio de eletricidade, o que era uma novidade segundo essa publicação, havendo ainda uma sala para esgrima e uma piscina para natação, “desportos de efeito terapêutico confirmado”. Num estudo do início dos anos trinta refere-se que a água não teria como proveniência a água do mar, e com uma média de 32,4 graus Celsius emergiria próximo de uma falha geológica, situando-se a nascente a cerca de 400 metros do mar, perto do contacto entre grés e argilas. A sua qualidade beneficiaria da influência da sua proximidade à serra de Sintra, infiltrando-se em estratos permeáveis e derivando para zonas mais profundas seguindo as formações sedimentares existentes. Admitindo-se um longo e profundo percurso, ascendia à superfície após encontrar o filão basáltico, comportando-se este como se fosse uma barragem. Voltando à brochura publicitária de 1923, a piscina ainda não estaria terminada, e funcionaria no verão com água do mar e no inverno com água termal, possuindo prancha de saltos. Fausto de Figueiredo compreendeu esta mudança e esta crescente procura do lazer, acentuado na década de vinte, apesar das interrupções que os seus projetos conheceram, não apenas pela instabilidade política vivida pelo país, como igualmente pelo contexto político internacional derivado da I Grande Guerra Mundial. Refira-se que em 1939, a *Estoril-Plage* irá inspirar-se na ideia de divulgação desta brochura, para editar uma cópia fac-similada de *A Memória sobre a utilidade e uso medicinal dos banhos do Estoril aplicados ao tratamento das afecções cutâneas, e de muitas outras moléstias*, da autoria de Vicente José Ferreira e editada um século antes. Ainda que numa edição de luxo, ocorrerá nas vésperas de uma inflexão da estratégia de divulgação, primeiro pelo gradual abandono do predomínio da saúde sobre o lazer, depois pela chegada a II Guerra Mundial.

É, no entanto, importante lembrar, como o faz o jornal *A Zona*, que a projeção do Estoril foi feita mercê de uma bem orquestrada promoção feita quer por Fausto de

---

<sup>88</sup> HENRIQUES, João Miguel, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2011, p. 59, cit. João P. M. Lavado, 1853, *Nova descrição de Lisboa, dos seus arredores e de Sintra, Pena e Mafra, com um ensaio histórico de tudo quanto esta Capital contém de mais notável, ornado de Estampas*;

<sup>89</sup> *Estoril-Termas*, Ed. Sociedade Estoril, 1923;

Figueiredo, quer pela Comissão de Iniciativa para o Fomento da Indústria do Turismo de Cascais, criada em 1921 e regulamentada em 1922.<sup>90</sup> Neste sentido, Maria da Graça Briz escreve que o Estoril projetado por Fausto de Figueiredo “como qualquer plano global, embora demasiado irrealista, teve a virtude de organizar um espaço de forma sistemática, onde havia lugar para um desenvolvimento harmonioso. Se o Estoril não foi capaz de ser aquilo que os seus promotores sonharam, a culpa não está neles ou no seu projecto, mas numa conjuntura que largamente os ultrapassou”.<sup>91</sup> Na verdade, além do aspeto inovador de mobilizar a imprensa para a bondade do seu projeto, Fausto de Figueiredo vai trazer para o Estoril, algo que a arquitetura francesa da época já conhecia que era uma planificação e uma conjugação com as forças sociais e políticas, ainda que sob a batuta do arquiteto. Mais, essa afirmação estilística, que se afirmara na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris em 1925, primava por uma decoração feita pela simplicidade, ou mesmo pela sua ausência, levadas a um extremo, ela própria elemento decorativo, características das quais falaremos mais adiante.

Ao consultarmos documentação da época constatamos que a ideia de centrar a Sociedade Estoril na tração elétrica e a fundação da Sociedade *Estoril-Plage*, em 1923, constituindo empresas ou entidades distintas para fins específicos é algo que acompanha a vida empresarial de Fausto de Figueiredo desde a Figueiredo & Sousa, em 1913, e será uma fórmula que se repete até ao advento das estruturas desportivas: a sobreposição de organizações e designações. Na realidade, tudo começa em 27 de março de 1915 quando é constituída a Sociedade Estoril, que explora as termas, até à década de vinte e que mais tarde vai explorar o ramal ferroviário, deixando a componente turística à Sociedade *Estoril-Plage*, criada em 21 de março de 1923 para gerir a componente turística, que a manterá, mas que de forma inteligente autonomizará a gestão da componente desportiva do pessoal dos seus hotéis na estrutura do Grupo Desportivo do Estoril Praia, ainda que por alguns anos mantenha os grupos ligados aos trabalhadores hoteleiros em funcionamento como veremos mais adiante. Por seu lado, à Sociedade Estoril caberá dedicar-se em exclusivo à tarefa de implementar a tração elétrica, num ano em que, a 14 de março, um Decreto instituíra como estâncias de praia, além do Estoril, São João, Parede e Carcavelos.

Provedor da Assistência Pública entre 1923 e 1933, Fausto de Figueiredo escapará à “Noite Sangrenta” de 19 de Outubro de 1921, constando ter-se escondido primeiro numa quinta no Pisão e depois em casa de um amigo perto de Sobral de Monte Agraço, vindo posteriormente a refugiar-se em França, de onde regressa em abril de 1922. Entre 1929 e 1933 será presidente do Conselho Fiscal da Cruzada Nacional Nuno

---

<sup>90</sup> ENCARNAÇÃO, José d', “Quando o Sud-Express tinha o *terminus* no Estoril” in *A Zona* n.º 144 de 24 de dezembro de 1991, Cascais, 1991;

<sup>91</sup> BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitetura de veraneio: os Estoris 1880/1930*, (policopiado), Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 124;

Álvares,<sup>92</sup> e, posteriormente, a ser Procurador à Câmara Corporativa, entre 1935 e 1949, e membro do Conselho Superior do Comércio Externo e da Comissão de Propaganda do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Registe-se o seu papel enquanto representante da indústria hoteleira e enquanto relator de um parecer, em 1936, sobre a urbanização da Costa do Sol. Durante as várias legislaturas integrou diversas Secções, todas elas referentes ao Turismo, subscrevendo diversos pareceres, em assuntos relacionados com taxas, transportes, ou do turismo propriamente dito. Todo este percurso político de Fausto de Figueiredo na Assembleia Nacional, aproxima o governo de então da Sociedade *Estoril-Plage*. No entanto, sem ostracizar os seus contactos maçónicos, monárquicos e republicanos, exceção feita a Afonso Costa, Fausto de Figueiredo virá a tecer um delicado equilíbrio político, especialmente no período da II Guerra Mundial, importante período histórico nacional, charneira de um novo ciclo. Nos seus hotéis predominava uma clientela de origem inglesa, por oposição ao Hotel Atlântico onde, durante a II Guerra Mundial, a tendência era germânica. Isso não o impede de, em 1937, oferecer o almoço comemorativo do 11<sup>o</sup> aniversário do 28 de Maio à Legião Portuguesa no Hotel.

Voltando uns anos atrás e à atividade empresarial, a brochura *Estoril-Termas*, com data de 1923 e editada pela Sociedade Estoril representará eventualmente uma mudança de estratégia empresarial por parte de Fausto de Figueiredo. Desconhecem-se as razões dessa mudança de estratégia empresarial, embora na verdade, seja nesse ano que funda a Sociedade *Estoril-Plage*, dirigindo esta mais às questões turísticas e deixando à Sociedade Estoril as tarefas de gestão, futura eletrificação da linha de Cascais, algo que se concretizará com a inauguração do serviço a 15 de agosto de 1926 e ainda as tarefas referentes à tração elétrica na linha de Cascais. Referindo-se à inauguração da eletrificação, escreve-se na *Gazeta dos Caminhos de Ferro* que:

“Realizou-se no domingo passado a inauguração dos combóios electricos na linha de Cascais. É a primeira iniciativa levada a cabo em Portugal, neste género, que muito honra aqueles que conseguiram pô-la em prática.

(...) A par da comodidade que oferece o novo sistema de condução pela beleza do material circulante, temos também resolvido o problema do tempo em que se faz o percurso do Cais do Sodré a Cascais (...).

O combóio inaugural, partiu do Cais do Sodré, às 11.30, transportando membros

---

<sup>92</sup> Nacional Nuno Álvares Pereira, frequentemente referida apenas por Cruzada Nuno Álvares, foi criada em julho 1918 e extinta em outubro de 1938. Definia-se como “um organismo estruturalmente nacionalista, de combate ao comunismo, independente, tendendo a criar a mística da Pátria” (RODRIGUES, Luís Nuno, “A gravidade da hora que passa!” – a criação da Legião Portuguesa em 1936, *Análise Social*, p. 106), e ainda que distinta, irá transportar para o Estado Novo a ideia unitária, não importando a procedência política de cada um, onde sobressai uma mentalidade de pendor nacionalista, “promovendo um ideal identitário com o heroísmo e a santidade” identificado com Nuno Álvares Pereira, aceitava a convergência entre católicos e monárquicos e até a colaboração de maçons, apesar de alguns ataques à Maçonaria. Foi uma organização intermitente na sua atividade, defendendo “ordem nas ruas nos espíritos e em casa”, sem a qual o Estado não sobreviveria. Propondo a reconstrução da família tradicional, base da sociedade por si preconizada, vendo o país como um agregado de famílias, viria a diluir-se gradualmente na União Nacional. Ver mais em LOPES, António, - *A Maçonaria Portuguesa – 1926-1974- as suas ideias e a sua relação com as forças políticas*, Ed. Grémio Atlântico/Âncora Editores, 2023, pp. 190 a 192;

do Governo e altas individualidades, imprensa, e cerca de trezentos convidados.

Em todas as estações do percurso até Algés, primeira em que o combóio parou com a mesma suavidade com que tinha arrancado, o entusiasmo era grande. (...) Na estação de Paço d'Arcos tomou lugar o sr. Fausto de Figueiredo que percorreu todas as carruagens, cumprimentando um a um todos os convidados.

O combóio de S. João do Estoril seguiu directamente para Cascais, onde se encontravam as auctoridades civis e militares, Câmara Municipal e bombeiros com a sua banda etc.

O combóio voltou para o Estoril, parando na estação do Monte Estoril usando da palavra na gare o sr. Dr. Alberto Madureira que felicitou e elogiou entusiasticamente o sr. Fausto de Figueiredo. Às 12.45 o combóio parou no Estoril, dirigindo-se todos os convidados para o casino, pertencente à Sociedade do Estoril, onde se realizou o almoço oferecido por esta Sociedade.

Depois do almoço, foram produzidos discursos de louvor pela electrificação da linha, tendo o sr. Fausto de Figueiredo, historiado desde o seu início a construção do caminho de ferro electrico do Estoril. Usaram ainda da palavra vários oradores, referindo-se todos ao alto serviço prestado pela Sociedade Estoril.

Às 17.7 partiu o combóio do Estoril, directamente para o Cais do Sodré, gastando no percurso 23 minutos (...).<sup>93</sup>

Refira-se que a electrificação só foi possível através de uma parceria entre a Sociedade Estoril e a *Société Financière de Bruxelles*, que tinha algumas dúvidas em matéria financeira na exploração turística da zona. Note-se a este propósito que Fausto de Figueiredo seria administrador dos Caminhos de Ferro entre 1910 e 1949 o que o tornava conhecedor das potencialidades da exploração, que defendia ser rentável se suportada pela criação de uma zona de jogo, o que se concretizou de facto a partir de 1927. Na verdade, a electrificação da linha de Cascais exigia avultados investimentos, que também implicaram um acordo prévio com a Empresa Exploradora de Casinos do Monte Estoril, dirigida por Guilherme Cardim. Seria então publicado em Diário do Governo de 17 de abril de 1928 (IIª Série) o Concurso Público da zona de jogo, que dará origem ao contrato entre o Estado e a *Estoril-Plage* com vista à electrificação da linha. Com esta opção criavam-se motivos de maior mobilidade entre Lisboa e os diversos pontos da linha de Cascais, o que abriu igualmente uma perspectiva de desenvolvimento populacional continuado dos concelhos ribeirinhos, que começa por um apelo de sedução e de fascínio, primeiro pelos novos equipamentos por comparação com o comboio a vapor, pelo conforto das carruagens ou por um serviço bastante

---

<sup>93</sup> “A electrificação da linha de Cascais” in *Gazeta dos Caminhos de Ferro* n.º 928, de 16 de agosto de 1926, Lisboa, 1926;

elogiado pelo facto de ligar Lisboa ao Estoril de forma rápida e segura.<sup>94</sup> Num artigo publicado na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, o engenheiro Mário Belo em entrevista, salienta o aumento do número de comboios e a maior rapidez no percurso. Beneficiando as “risonhas povoações servidas pela linha” o serviço implicou uma primeira fase de dois meses com comboios mistos, elétricos e a vapor, por falta de material circulante suficiente. É também nessa entrevista que é referida a construção da nova estação do Estoril e a ampliação da estação de São João do Estoril, prevendo-se dois tipos de comboios: os denominados *omnibus* e os semirápidos, com os primeiros a demorarem 48 minutos no percurso e os segundos 37, e em que ambos, significativamente, se anunciava que paravam nos três Estoris.<sup>95</sup> A estes, acrescentavam-se outros argumentos de peso em favor da eletrificação como a significativa poupança no carvão, sendo referido que era então um dos principais fatores no desequilíbrio da nossa balança económica, a realização de um maior número de comboios e a redução no extravio de mercadorias. Para além disso, ainda se argumentava com uma manutenção mais reduzida, com uma consequente diminuição de pessoal e de custos.

Sublinhe-se que desde o século XIX a implementação do caminho de ferro foi fundamental para aproximar Cascais a Lisboa, chegando a haver projetos de prolongar a linha de Cascais até Sintra por locais hoje insuspeitos para esses fins e que até levou à existência de diversos estudos ou até à localização da estação cascalense noutra local ligeiramente diferente daquele que conhecemos hoje. Sempre, no entanto, levando até Cascais, ao Estoril e a outros pontos da linha muitos dos que então procuravam não apenas tratamentos mais ou menos prolongados, mas também e já no século XX, local de residência ou simplesmente de descanso. Como podemos constatar quando vemos fotografias da época, por vezes é impressionante o vazio existente em volta das estações de caminhos de ferro, mas é a construção dessa mesma via-férrea que leva ao crescimento urbano das áreas adjacentes às estações e respetivas localidades. Esta adesão a novos espaços, nem sempre foi feita de forma regrada e ordenada, exceção para a Parede, e para a ação de José Nunes da Matta que, já num período mais tardio, e chocado com a situação de S. João do Estoril tentou implementar algumas regras urbanísticas.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> O impacto foi tal que Cristina Carvalho refere dois episódios curiosos, um como prova da popularidade, o da representação da peça *A linha de Cascais*, em 1930, no Teatro Politeama, em Lisboa, outro o de um dito referido pelo filho de Fausto de Figueiredo, em 1971, que sobre as novas composições elétricas comentavam que “lá vão as vacas do Fausto”, in CARVALHO, Cristina, *O Turismo no Estoril dos anos 30: modernidade, glamour e propaganda*, Col. Ecos da História, Lisboa, Ed. Chiado Books, 2019, pp. 58 e 61;

<sup>95</sup> “Uma iniciativa arrojada – a eletrificação da linha de Cascais” in *Gazeta dos Caminhos de Ferro* n.º 927, de 1 de agosto de 1926, Lisboa, 1926, p. 228. Nota: na verdade à época eram apenas três, já que em Santo António (atual) o comboio não passava, e a São Pedro, muitos ainda chamavam de Cai-Água, referindo-se, portanto, a São João do Estoril, ao Estoril propriamente dito e ao Monte Estoril;

<sup>96</sup> Não são, pois, de estranhar as tradições republicanas e maçónicas da Parede. Ali também tiveram residência João de Arriaga, irmão do Presidente Manuel de Arriaga, João Luís Ricardo, José Lopes de Oliveira, Barbosa de Magalhães ou Orlando Marçal, mas também outros nomes importantes da nossa História como a Condessa d’Edla ou mais recentemente de Mário de Azevedo Gomes. Também por ali passaram, em veraneio, Francisco Grandella, Bernardino Machado ou Gago Coutinho;

Por isso o caminho de ferro foi um fator de rentabilização de projetos turísticos e, especialmente, uma mais-valia diferenciadora e qualitativa, que potenciou outros projetos. Foi no Hotel do Parque que logo em 1945 se alojou a Seleção Nacional de Futebol, em estágio no Estoril, nas vésperas de um Portugal-Espanha, e foi também de comboio que se deslocaram os jogadores. Era o comboio a coqueluche do desenvolvimento da zona e foi também, no entanto, o comboio o causador de uma maior diferenciação entre o litoral e o interior do concelho de Cascais, sendo igualmente, o que foi natural, também a razão do desaparecimento dos antigos meios de transporte. Desde a Portaria de setembro de 1887, que autorizava a construção de um ramal entre Belém e Cascais com uma paragem no Estoril, em frente o sítio do extinto convento, até ao ano de 1928, em que se inaugura o edifício de linguagem modernista de Porfírio Pardal Monteiro, da estação ferroviária do Cais do Sodré percorreu-se um longo e lento caminho. Diz-nos o *Diário de Notícias* que:

“realiza-se hoje, às 5 da tarde, a inauguração do novo edifício da estação do Cais do Sodré, da linha de Cascais.

O Chefe do Estado, que á inauguração preside, virá para esse fim de Cascais, em comboio especial, que chegará á estação do Cais do Sodré alguns minutos antes da hora marcada para a cerimónia, visitando em seguida as instalações da Sociedade (...).

Com a inauguração da sumptuosa estação, pôs a Sociedade Estoril um ponto final na realização de um belo sonho – a electrificação da linha. Todos os lisboetas têm sentido já os benefícios de tal medida, que há muito se impunha como obra de inadiável resolução.

A estação do Cais do Sodré é um belo edifício de que Lisboa tem razão para se orgulhar”.<sup>97</sup>

No dia seguinte, sob o título “Um belo empreendimento”, o mesmo *Diário de Notícias*, refere que a inauguração não significa um ponto final nos melhoramentos, admitindo-se outros melhoramentos necessários, mas sublinhando que esta inauguração constitui um algo que valoriza os interesses e a dignidade do país. Foram igualmente efetuados alguns agradecimentos específicos à Câmara Municipal de Lisboa pela especial colaboração dada.<sup>98</sup> Com ela, e com algumas outras estações, nomeadamente a do Estoril, pretendia-se apresentar uma imagem de Portugal mais de acordo com os padrões europeus vigentes na época. Escreve Maria Cristina Carvalho dos Anjos, citando a imprensa, que Pardal Monteiro “soube conciliar as necessidades do fim a que se destina...com a arquitectura moderníssima que se afirmou na Exposição de Artes Decorativas

---

<sup>97</sup> “A nova estação do Cais do Sodré” in *Diário de Notícias* n.º 22 473 de 18 de agosto de 1928, Lisboa, 1928. A localização desta estação terminal não era consensual, apesar da sua origem no século XIX. Já no século XX, Ventura Terra advogava a sua localização em Santos, enquanto que Raul Lino manifestava a sua preferência pelo Cais do Sodré;

<sup>98</sup> “Um belo empreendimento” in *Diário de Notícias* n.º 22 474 de 19 de agosto de 1928, Lisboa, 1928;

de Paris”,<sup>99</sup> evento subordinado ao tema “Artes e Técnicas da Vida Moderna”, realizado entre abril e outubro de 1925. Diga-se de passagem que Fausto de Figueiredo e alguns setores do Estado Novo que irão estar muito presentes no Estoril, nomeadamente António Ferro e Duarte Pacheco, irão tirar partido da criatividade de uma nova geração de arquitetos, assim como de novas tecnologias de construção como o betão armado, para a aproximação a uma arquitetura mais despojada e formalmente estilizada, numa abstração geométrica que a aproxima da *Art Déco*, mas que possibilita uma construção mais rápida, de amplos salões, livre dos “perigos do fogo e da ferrugem”.<sup>100</sup> Mais do que isso, representava a crença na máquina, no progresso tecnológico, mas também no luxo e no *glamour* perfeitamente adaptados à Linha do Estoril ou a uma Lisboa que se pretendia mais moderna, ainda que a partir dos anos trinta do século XX o estilo se tenha moldado a novos desígnios e materiais. Paradoxalmente, no caso de alguma imprensa local do Estoril e Cascais, vamos encontrar contestações, num ataque ao que consideravam de “falso monumental”, reclamando um retorno a uma dita pureza de arquitetura tradicional que, apesar de tudo, não vingou. Resta acrescentar que não sendo um estilo uno, assumindo-se como uma reação à Arte Nova que no passado havia feito escola e por vezes fazendo coexistir elementos contraditórios, a traça das estações ferroviárias da Linha de Cascais e dos equipamentos de hotelaria do Estoril, ainda assim não deixam de transparecer duas correntes, que se manifestaram em termos internacionais, uma mais tradicionalista e outra mais simples, executadas com base em materiais baratos, o que não é o caso do Estoril. Há que acrescentar ainda que alguns aspetos decorativos de alguns interiores, nomeadamente de hotéis e cinemas, com os seus característicos padrões e materiais, os mesmos coincidiram com a mudança do cinema mudo para o sonoro, ostentando fachadas afirmativas com predomínio de linhas retas, com amplas fachadas e grandes janelas.

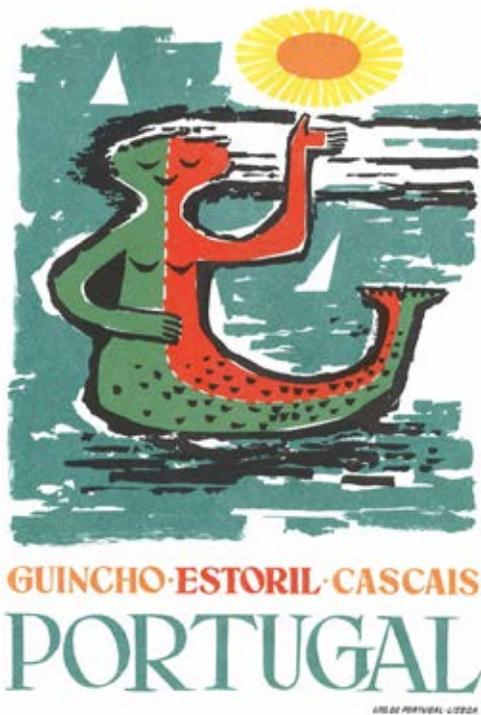
Ainda sobre as novas estéticas vivenciadas na época, há mais um campo que toca em muito o Estoril e Cascais que é o das artes gráficas. Se no período da Arte Nova se anunciava um qualquer produto, mostrando-o apenas, na maioria das vezes de forma ingénua, simplesmente informativa, a partir da década de vinte e na década de trinta particularmente, há que convencer o público a vir até à costa do Estoril, significando com isso aquilo que hoje designaríamos de vender uma imagem que traduzia uma determinada qualidade de vida. Os cartazes e os postais, enquanto veículos de comunicação, ambos também publicados na versão de anúncios em jornais e revistas, foram usados frequentemente a anunciar, promover, divulgar ou publicitar um determinado local, serviço ou produto. Foi também usado o recurso a estudos em voga na época e que ultrapassavam em muito a mera função de informar, nomeadamente com os estudos de massas a darem então os primeiros passos, ainda que, cremos, em Portugal funcionasse maioritariamente a prática empírica. Note-se que, ainda que o Estado

---

<sup>99</sup> ANJOS, Maria Cristina Carvalho dos, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade em História Regional e Local, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2012, p. 29;

<sup>100</sup> FERNANDES, José Manuel, *A Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1943)*, Lisboa, Ed. Gradiva, 1993, p. 23;

Novo tenha seguido a política de propaganda de massas de outros Estados, nem sempre autoritários, caso dos EUA, a sua aplicação em Portugal foi relativamente tardia. De facto, o regime de Salazar assumiu um papel redentor, atribuindo à propaganda e ao papel das massas um caráter marginal, com Salazar a considerar mesmo que a propaganda totalitária, tal como acontecia na Alemanha ou em Itália, “inverte o sentido dos movimentos”<sup>101</sup> sem, no entanto, desprezar o papel fundamental que a censura desempenhou em muitas situações. Daí também alguma confusão entre propaganda política, propaganda comercial e publicidade, na época com alguns exemplos de fronteiras indefinidas.



Cartazes publicitários do Estoril | AHMCSC/AACD/JTCE

Apresentados em espaços públicos, em montras e painéis, impondo-se pelas suas dimensões ou pelo seu caráter repetitivo e pela objetividade da sua mensagem, simples, direta, convincente, mesmo que primária e emotiva, muitos desses cartazes marcaram um momento estético e comunicacional numa época em que as modas se tornaram mais casuais e ousadas, algo que é acentuado com os refugiados por alturas da II Guerra Mundial e de que falaremos em outro momento. Isto refletiu-se na imagem, quer de origem alemã, quer de origem norte-americana, com cartazes mais impositivos, mais dramáticos, mais coloridos ainda que muitas vezes recorrendo a fundos de

<sup>101</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, pp. 83 e 84;

cor uniforme, de maior impacto e mais dinâmicos, de acordo com os novos tempos de paixão pela máquina e pela velocidade e, ao mesmo tempo, contraditoriamente mais simples visualmente, ainda que muitas vezes graficamente mais sofisticados e especialmente centrando a atenção do público no produto anunciado. Acresce a isto que é a partir de meados da década de vinte que a imagem de publicidade, nomeadamente a fotografia, sofre um particular desenvolvimento com novos conceitos estéticos e de mensagem, ainda que só muito mais tardiamente tal se dissemine em Portugal. A própria profissionalização de alguns meios publicitários ocorre principalmente na década de quarenta, ao contrário dos EUA ou da Alemanha com exemplos em meados da década de vinte. Acresce ainda o facto de, na época, muitos pintores e arquitetos encararem o *design* e as artes gráficas como uma segunda profissão, ao contrário do que acontecia desde há muitos anos antes com o *design* na Bauhaus na Alemanha. Há que não esquecer, como assinala Suzana Gonçalves que, por um lado, os cartazes de propaganda constituíram um instrumento político privilegiado durante o Estado Novo, e do Estoril em particular, para a construção e compreensão de representações identitárias de um território,<sup>102</sup> mesmo considerando as palavras da mesma autora, citando António Ferro, que “as coisas gráficas em Portugal, são especialmente caras” e daí o mesmo António Ferro, preocupado, acrescentar o facto de a propaganda gráfica, realizada pelas Comissões e pelas Juntas de Turismo, serem de “um primarismo aflitivo”.<sup>103</sup> Assinale-se também a coerência das abordagens, quer pelo traço gráfico, no caso dos cartazes e da publicidade, quer das formas, repare-se no emblema do Estoril Praia, que pesem embora pequenas atualizações continua a ter a marca de uma época, aliás semelhante a outros clubes, quer ainda na argumentação das cores:- o azul do mar e o amarelo do sol e da areia, o que dá unidade ao discurso visual, quebrando o discurso estético de períodos anteriores. Acresce ainda que a tipografia conhecia um tempo de aparecimento de novos tipos, onde frequentemente o *letring* fazia parte da própria inovação e da mensagem publicitária. O Estoril, especialmente até à década de cinquenta tirou partido destas inovações gráficas, sendo disso exemplo muita da publicidade turística feita à zona. A todas as formas de comunicação visual acresce ainda a função pedagógica que o Estado Novo lhes entendia conferir, assim como uma certa estetização da vida política, para a qual António Ferro deu um importante contributo.

Estas práticas estéticas só aparentemente encerram as contradições internas do regime. Verificamos que não são assim tão contraditórias quando olhamos para a arquitetura, por exemplo, ainda que encontremos tensões quando lemos comentários, de homens do regime a propósito das linhas “demasiado simples” dos hotéis e das novas estações de caminhos de ferro. Esta dicotomia entre o moderno e o tradicionalista foi, como já aqui se escreveu, magistralmente resolvida no Estoril: a

---

<sup>102</sup> GONÇALVES, Susana Filipa, “O Estoril dos anos 50 do século XX: representações imagéticas nos cartazes turísticos” in *Os 100 anos do projeto Estoril, 1914-2014*, coord. Cristina Carvalho e João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 97;

<sup>103</sup> GONÇALVES, Susana Filipa, “O Estoril dos anos 50 do século XX: representações imagéticas nos cartazes turísticos” in *Os 100 anos do projeto Estoril, 1914-2014*, coord. Cristina Carvalho e João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 100;

este atribuiu-se o papel de modernidade, a fim de atrair turistas, a Cascais, foi conferida uma matriz tradicionalista e nacionalista, provocando em ambos os casos a adesão de várias camadas sociais, ainda que por motivos diferentes, mas tendo em comum a sedução e um conceito de Nação, fundamental, enquanto dimensão superior e algo místico que ultrapassava o indivíduo.<sup>104</sup> Ainda assim, as reações não consensuais justificam-se pelo facto da difícil compreensão de uma “nova” arquitetura, fruto da adesão de um conjunto de novos arquitetos como Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, Pardal Monteiro, Cristino da Silva e outros à arquitetura do regime, em obras onde podem ser encontrados quer um geometrismo nacionalista, quer inspirações na Bauhaus ou em Corbusier, dissonantes com uma tradição romântica ou quanto muito de Arte Nova então instituída. Curiosamente, no plano das artes gráficas, encontramos menos contestação às novas opções gráficas, mesmo que com origem nos mesmos arquitetos e no mesmo período, eventualmente por tais opções já terem sido experimentadas em Portugal no campo da publicidade desde meados da segunda década do século XX.



---

<sup>104</sup> GONÇALVES, Susana Filipa, “O Estoril dos anos 50 do século XX: representações imagéticas nos cartazes turísticos” in *Os 100 anos do projeto Estoril, 1914-2014*, coord. Cristina Carvalho e João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 98 e 99;



Pescadores em encenação para filme na Praia da Ribeira, 1930  
AHMCSC/AASS/CAM/A/0615

## 5 – O novo fôlego empresarial de Fausto de Figueiredo

É esta dinâmica política e empresarial da qual dentro de poucos anos decorreria uma vertente desportiva, que levam a que em 5 de outubro de 1928 seja condecorado como Grande Oficial da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial, Classe Industrial e, posteriormente, em 22 de setembro de 1930 receba a Grã-Cruz da mesma Ordem. Será ainda condecorado como comendador da Ordem de Cristo e como Grande Oficial da Torre e Espada, e receberá também a medalha de Ouro da Sociedade de Propaganda de Cascais.

Para a projeção turística da *Estoril-Plage*, e mais tarde da também projeção desportiva do Estoril Praia, foi fundamental toda a estrutura empresarial pensada por Fausto de Figueiredo. Por isso, é de dar atenção ao Decreto-lei nº 23 472, onde se afirma resolver não só um problema que se arrastava desde 1919, como se reconhece ser a indústria do turismo “altamente benéfica para o país que a explora, e Portugal reúne condições climáticas e panorâmicas susceptíveis de atrair parcela importante do turismo internacional”. Argumentando que uma estação de turismo “necessita de constante desenvolvimento” e de “contínua renovação”, foi elaborado um plano de reorganização financeira e técnica da Sociedade *Estoril-Plage* “saneando-a inteiramente e fazendo entrar para o seu activo valores importantes que, racionalmente, dele deviam fazer parte”.<sup>105</sup> Esta legislação, que passou pela emissão de ações e posteriormente pelas alterações às taxas de venda de terrenos, seria fundamental para a construção de um edifício empresarial rentável, onde um dos seus braços de ação seria a vertente desportiva.

O mesmo acontecia com a componente turística da Linha do Estoril, onde um dos pontos altos foi I Congresso Nacional de Turismo, cujas reuniões de trabalho decorreram, quase todas, na Sociedade de Geografia de Lisboa, e que constituiu uma aposta política do regime à época, perfeitamente assumida, com o turismo a assumir-se como potenciador do orgulho nacional, onde a história do país e a cultura popular eram dois vetores que se complementavam. Na verdade, a participação de Fausto de Figueiredo e de muitas outras participações neste congresso, realizado em 1936, dois anos depois de o turismo ter sido considerado como fundamental para o equilíbrio da balança económica, permitem compreender alguns dos caminhos então tomados. Para além de sugerir a criação de uma “repartição do turismo” e de um Conselho Nacional de Turismo e ainda de tecer considerações sobre a entrada de turistas ou da legislação que não era cumprida, Fausto Figueiredo avança com a sugestão de um comissariado dependente da Presidência do Conselho, a elaboração de um código de turismo que reunisse toda a legislação em vigor, assim como de aditamentos e de alterações e por fim a criação de um Plano Nacional de Turismo, definindo claramente os campos da intervenção estatal e da ação empresarial. Deveriam ainda constar desse Plano aspetos relacionados com o ensino hoteleiro, delimitação de zonas de turismo e respetivos atrativos para

---

<sup>105</sup> *Diário do Governo*, 19 de janeiro de 1934, I série, nº 16, Decreto 23 472;

os visitantes e ainda aspetos relacionados com a propaganda ou as receitas, num claro apelo a uma maior e mais estruturada organização.

Com a sessão inaugural feita por Roque da Fonseca, diretor do Automóvel Clube de Portugal e membro da Comissão de Turismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, defensor da edificação de grandes hotéis de luxo no Estoril, é de referir o caráter abrangente das muitas propostas apresentadas pelos diversos participantes neste Congresso, decerto aproveitadas pela Sociedade *Estoril-Plage*. Havia quem defendesse que se reduzisse o imposto sobre os casinos de forma a concorrer com Espanha, que se pugnassem pela melhoria das condições de higiene, conforto ou de atendimento, ou até que conjuntamente com os hotéis fosse indispensável construir equipamentos desportivos, “indispensáveis para atrair estrangeiros que não dispensam os exercícios desportivos na sua vida habitual”.<sup>106</sup> Ainda assim havia vozes pessimistas como a de Armando Marques Guedes que, depois de referir oscilações no turismo do Estoril, onde “uma corrente turística rica, promissora dum futuro largo e próspero (...) cedo estancou. Se não diminuiu e até aumentou o número de hóspedes, piorou muito sensivelmente a sua qualidade. O Estoril teve de renunciar às aspirações de zona turismo rico e de prazer cosmopolita, para se converter, cada vez mais acentuadamente, numa estância de repouso, no inverno, para uma clientela mais modesta e mais idosa”. Acrescentava ainda não ser Portugal, a não ser para a América, um país de passagem, o que originava que o turismo que o procurasse obrigava a uma “viagem longa e sem trânsito fácil e rápido para outros centros turísticos”.<sup>107</sup>

Saliente-se o destaque dado pelo jornal *O Estoril* a este Congresso, escrevendo que “a representação da Costa do Sol, que mais uma vez confirmou os seus créditos”,<sup>108</sup> esteve representada por Marques Guedes, Fausto de Figueiredo, Guilherme Cardim e António Alves. Uma das consequências deste Congresso foi também a de ter gerado uma onda de preocupação com o bem receber o turista, que nem sempre tinha existido. José de Ataíde, n’*O Estoril*, alerta para essa questão, já que “o turismo dos nossos dias exige urbanidade, compostura, boas maneiras, trato agradável”. E continua:

“O turista dos nossos dias exige ser bem tratado. (...) Todos aqueles, portanto, que pelas suas profissões ou ofícios, têm que lidar com êle, devem esforçar-se por ser bem-educados. E se não o puderem conseguir, o que devem fazer é escolher outra ocupação. Um país de turismo não pode admitir que nos sectores onde essa actividade se exerce desempenhem quaisquer funções indivíduos de trato grosseiro. Tais criaturas são indesejáveis”.<sup>109</sup>

---

<sup>106</sup> SANTOS, José António Correia dos, *A Indústria do Turismo, tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo, I Secção*, Lisboa, 1936, p. 7;

<sup>107</sup> GUEDES, Armando Marques, *Algumas sugestões sobre a organização do turismo em Portugal, tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo, I Secção*, Lisboa, 1936, p. 8;

<sup>108</sup> “O I Congresso Nacional de Turismo impôs-se por uma grande elevação, merecendo que os seus trabalhos sejam devidamente considerados pelo Governo como uma das maiores afirmações patrióticas dos últimos tempos” *In O Estoril* n.º 151 de 30 de janeiro de 1936, Monte Estoril, 1936;

<sup>109</sup> ATAÍDE, José de, “O Turismo e a boa educação” *in O Estoril* n.º 237 de 17 de março de 1938, Monte Estoril, 1938;

Entre 1926 e 1929 era já clara a vontade empresarial e política de construção do Casino, do parque hoteleiro e restantes infraestruturas, assim como da sua relação com a legislação vigente em matéria de zonas de jogo. Ao mesmo tempo e de forma gradual, mas com o beneplácito do Estado central, o Estoril afirmava-se como um local de lazer, mas também de cultura física e de promoção da saúde. O desporto não está fora deste âmbito. Um dos argumentos usados pela Comissão organizadora do Grupo Desportivo *Estoril-Plage* era, recorde-se, o facto de considerar o desporto “um dos melhores meios de bem servir o desenvolvimento físico da nossa raça”.<sup>110</sup> De facto, a década de trinta, corresponde a um período de significativa e importante propaganda, numa ação conjunta do Estado com privados, nomeadamente de Fausto de Figueiredo e das suas empresas, nas quais quer a Sociedade *Estoril-Plage*, quer o Grupo Desportivo *Estoril-Plage* primeiro, e Estoril Praia depois, desempenham um importante e inovador papel de promoção.

Será a fama e o prestígio social do Estoril, marcados pela qualidade e diferenciação do seu projeto urbanístico, a par da dinâmica social e cultural geradas e pela propaganda estatal que vão catapultar a importância da zona e arrastar outros espaços adjacentes. Mas para compreendermos o alcance social do projeto, leiam-se as palavras de João Aníbal Henriques que refletem notavelmente esta realidade, muito mais do que a descrição de um lugar:

“Os jardins do casino, confortáveis, elegantes e apetecíveis numa terra onde são raros os dias de chuva e para os quais o frio nunca vem, são o local onde naturalmente passeiam as senhoras e os filhos dos capitalistas que trabalham em Lisboa e que, não trabalhando elas, ali gastam as suas tardes entretendo os filhos e partilhando também elas um queque e um chá na vistosa Pastelaria Garrett. As crianças crescem em conjunto, partilhando diariamente aqueles jardins que sendo públicos quase parecem ser uma extensão da casa deles, e no qual desenvolvem laços onde a filiação conta menos do que as amizades que se vão impondo de forma sã.

Nasce assim um Portugal moderno, atractivo e simpático, onde a cidadania e a identidade surgem bem vincadas e em que os costumes se assumem que devem ser diferentes. As crianças, pulando e rindo em brincadeiras pueris (...), vão ouvindo e partilhando as conversas das mães no seu dia-a-dia despreocupado. Nas festas de aniversário, nos jantares de amigos, nos bancos do Colégio João de Deus e mais tarde dos Salesianos, vão consolidando os laços de família e recriando uma nova forma de viver em comunidade. Mas passa pela cabeça a alguém cuspir para o chão ou dizer palavrões dentro da sua própria casa? É evidente que não. E o Estoril, com os seus espaços urbanos excepcionais, é como se fosse a casa de cada um deles, que se vão habituando a um comportamento tendencialmente diferente daquele que caracterizava a juventude noutras zonas de Portugal (...).

E (...) as mães, em conversas longas ou em torno de um queque e um chá, se vão

---

<sup>110</sup> Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Correspondência, Grupo Desportivo Estoril Praia, AHMCSC/AADLCM-C/R-B/001/215 DS 216;

demorando por ali, partilhando com as crianças o processo natural do seu crescimento e dessa forma criando afinidades (...).<sup>111</sup>

Desde que Fausto de Figueiredo idealizara o Estoril, até à sua afirmação enquanto estância turística, que sempre esteve presente a diferenciação e distinção socioeconómica de quem vive e desfruta da zona. Tal relaciona-o, como se infere do texto atrás apresentado, com grupos sociais de elite, onde para além da ocupação espacial, as práticas sociais, culturais e desportivas refletem a distinção que se foi afirmando com o tempo. É notório que estes círculos sociais são fechados e se renovam relativamente pouco, sendo por vezes causadores de crises. No caso específico do Estoril Praia é visível a pouca renovação dos corpos diretivos até à década de sessenta, funcionando dentro dos mesmos círculos, alternando apenas os cargos.

Para a imagem construída foi importante o que se pretendia projetar como imagem da zona. Recorde-se que o então Secretariado da Propaganda Nacional, entre 1933 e 1944, altura em que se passará a designar de Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, elegeu o turismo como instrumento de eleição para a imagem do regime e, durante alguns anos, particularmente da designada “Política do Espírito”, idealizada por António Ferro. O Estoril beneficiou também do facto de ter mantido uma campanha intensa e persistente durante anos em favor da zona, ao ponto de reivindicar ser a “Sala de Visitas” do turismo nacional,<sup>112</sup> dando assim corpo à ideia de projetar a imagem do país além-fronteiras. É bem claro o texto inserto na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, significativamente recorrendo a uma imagem da revista *Panorama*, sob o título “Estoril, Sala de Visitas de Portugal – Salão de Festas da Europa”. Nele se escreve que:

“Há algumas dezenas de anos, o provinciano bisonho que desejava entrar em contacto com a civilização e o progresso, em poucos dias, numa espécie de curso de férias, instalava-se no Rossio, frequentava dois ou três cafés por dia, destinava uma tarde ao Jardim Zoológico, reservava uma das suas manhãs para um almoço em Cacilhas, dava todas as noites uma volta pelos teatros de revista, e completava o seu programa com um passeio ao Dafundo.

Bem limitado era, na verdade, o seu curso de férias de civilização na capital. Mas a província nêsse tempo, não exigia mais. Os tempos mudaram. O provinciano bisonho, de modestas exigências, transformou-se por completo. São outras e mais amplas as suas aspirações e curiosidades.

E Lisboa já não é, tanto para o provinciano moderno como para o alfacinha de gema, exclusivamente o Rossio. É mais alguma coisa do que isso. Mesmo muito mais do que as próprias avenidas novas. É também o Estoril. Principalmente o Estoril (...).<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> HENRIQUES, João Aníbal, “Fausto Figueiredo e o sonho do Estoril” in *Os 100 anos do projeto Estoril, 1914-2014*, coord. Cristina Carvalho e João Miguel Henriques, Cascais, Ed. Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 43 e 44;

<sup>112</sup> s.t., in *O Estoril* n.º 108 de 28 de janeiro de 1934, Monte Estoril, 1934;

<sup>113</sup> ANDRADE, Maria, *A linha de Cascais na Gazeta dos Caminhos de Ferro: 120 anos da Linha de Cascais*, Lisboa, Ed. CP Comboios de Portugal, 2011, p. 73;

Esta visão de modernidade representava também um difícil equilíbrio que emergia entre a tradição e o passado de uns, e um discurso moderno e desenvolvimentista de outros, ambos existentes no seio do Estado Novo, conjugando conceitos contraditórios, com o regime a encerrar em si uma contradição que não foi fácil de ultrapassar antes da II Guerra Mundial. Por um lado, havia que satisfazer algumas elites suas apoiantes, por outro lado havia que não ser ideologicamente incoerente. Vamos assistir no seio do regime ao confronto entre “ruralistas” e “industrialistas”, com António de Oliveira Salazar a afirmar que o turismo trazia novas ideias, novos hábitos e necessariamente teria de trazer o desenvolvimento económico ou, de como igualmente afirmava, com o turismo “era um pouco da alma do povo que se vendia”.<sup>114</sup> Nesta linha compreende-se assim o diretor da revista *Panorama* quando, em 1942, escrevia

“eu tenho muito medo do turismo. Compreendo que ele exista, que se desenvolva e se organize, como indústria, mas tenho medo dele. O turismo é um monstro (...) necessário, mas um monstro (...)”.<sup>115</sup>

Neste sentido repare-se no que é escrito em sentido oposto no jornal *O Estoril*, em 1936:

“(…) A grande afluência de ingleses, bastantes holandeses e alemães, enchendo por completo os hotéis e pensões do concelho de Cascais com a maior lotação até agora registada, exige dos Poderes Públicos um conjunto de medidas que nos ponham a coberto de inesperadas e desagradáveis contingências. (...) Entre nós é indispensável criar muitas atracções e executar por toda a parte grandes melhoramentos que valorizem o nosso património (...), transformando ao mesmo tempo essa moderna e prometedora indústria, numa perene fonte de receita e engrandecimento da Nação”.<sup>116</sup>

Na verdade, tanto turistas, como também refugiados, introduziam disrupções na pacata sociedade portuguesa que não eram fáceis ao Estado Novo de controlar. Numa nota da Presidência do Conselho, com data de 1938, escreve-se que “não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra”,<sup>117</sup> aconselhando mais atenção à melhoria das nossas estações ferroviárias, dos locais mais apetecíveis sob os pontos de vista histórico e paisagístico, ou até o sublinhar das características regionais. Registe-se que ao mesmo tempo, “Portugal era por essa altura um ponto de passagem e um ponto de apoio efetivo a muitos refugiados

---

<sup>114</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, pp. 358 e 359;

<sup>115</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, pp. 360 e 361;

<sup>116</sup> “Portugal Turístico” in *O Estoril* n.º 154, de 4 de abril de 1936, Monte Estoril, 1936;

<sup>117</sup> PIRES, Ema Cláudia, *O baile do turismo – turismo e propaganda no Estado Novo*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2003, p. 38;

fugidos do terror nazi e da guerra. Salazar não disse não a estes refugiados, ainda que a polícia política os controlasse de perto e os vistos tivessem uma duração limitada, quase sempre com a promessa de saírem do país. A sua vinda para o país permitiu o aumento de divisas, tendo apenas como preço algumas mudanças nos hábitos de vida e dos costumes. São disso exemplo a presença feminina em espaços que até aí eram predominantemente masculinos, como esplanadas ou cafés, a frequência de praias por mulheres, ou o fumar em público por parte destas, ou ainda o uso de roupas mais coloridas, ou até uma maior liberdade no relacionamento entre os sexos em público”.<sup>118</sup> Tudo visto com o seu quê de exótico e de estranho. Nem todos os centros de refugiados eram semelhantes: Porto, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Ericeira, Curia ou Estoril, e nem todos os refugiados eram iguais. É verdade que a distribuição dos refugiados pelo país foi feita em função da condição destes e das zonas do país, e neste aspeto o facto do Estoril ser uma zona de privilegiada contribuiu para selecionar os que ali passavam, por norma uma semana ou pouco mais, ocupando o seu tempo na praia, nas esplanadas do Tamariz, nas corridas de cavalos, nos jogos de ténis, nos bailes, ou nas atividades do casino. No Estoril e de certo modo em Lisboa, concentraram-se os mais ilustres e aqueles que tinham maiores posses económicas e a que o jogo do Casino ou as praias e o clima atraíam. Muitos conservavam rituais de etiqueta compatíveis com o seu estatuto, o que determinava ser comum mudarem de *toilette* três vezes por dia, distintas para uma manhã na praia, um convívio nas esplanadas do Estoril ou de Cascais ou uma noite no casino. De comum, todos tinham a vigilância da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e a proibição de trabalhar ou de nem sair para além do local que lhes era pré-determinado como residência e por um período limitado de tempo, ou ainda um escasso contacto com a população local. Saint-Exupéry usava palavras cáusticas para falar do momento, onde se ignorava a guerra ao mesmo tempo que muitos “vestiam-se para jantar como dantes. Usavam peitilhos engomados e pérolas. Convidavam-se uns aos outros para jantares de figurantes”. Chamando a Portugal “Paraíso triste”, acrescenta que “não sentia nem indignação, nem ironia, mas tão só uma vaga angústia (...) diante dos últimos sobreviventes de uma espécie extinta”.<sup>119</sup> Enquanto aguardavam a partida à mesa de um café, enquanto ali estavam a ler ou a conversar, em Lisboa, no Estoril ou noutros pontos onde foram acolhidos, estes refugiados, de todos os estratos sociais, introduziram novos hábitos que ajudaram a mudar alguns comportamentos, mas que apesar de tudo não chocaram com a sociedade portuguesa de então. De comum tinham muitos deles um nível educacional e económico que contribuiu para novos elementos de sociabilidade ou para alavancar o turismo enchendo hotéis e pensões sem discutir preços.

Havia, no entanto, e como já assinalámos contradições dentro do regime. Retornando à revista *Panorama*, pode ler-se que:

---

<sup>118</sup> LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa 1926-1974 - as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas*, Lisboa, Ed. Grémio Atlântico/Âncora Editora, 2023, pp. 457 e 458;

<sup>119</sup> MOLEIRO, Raquel, “O hotel dos murmúrios” in *Expresso, Revista*, de 23 de julho de 2005, Lisboa, 2005, p. 68;

O turismo sacode actividade sonolentas, impulsiona actividades arrojadas, gera melhoramentos públicos, anima, constrói, embeleza e produz receitas formidáveis. Não há dúvidas absolutamente nenhuma, e seria estúpido fechar os olhos e os cofres do Estado a estas vantagens e benefícios magníficos. Mas é um monstro (...). Por isto: porque ameaça destruir a coisa mais bela, mais séria, mais poética do mundo: a naturalidade dos povos (...).<sup>120</sup>

Estas questões relacionadas com a imagem passam também pela primeira lei hoteleira do turismo português, datada de 1930, complementada com a lista de estabelecimentos autorizados a usar a palavra “hotel”, de 1932, que regulamenta o uso da palavra “hotel” que deixa de ser livre e que passa a exprimir o reconhecimento oficial de uma dada categoria qualitativa do alojamento turístico em matéria de conforto, serviços, informações, higiene, decoração, afixação de preços, etc. Estas questões são importantes porque António Ferro desvalorizará continuamente as opções termais, vindas da I República, que considerava destinadas a privilegiados, sem condições de conforto, chamando-lhes de espaços obsoletos e falsamente cosmopolitas, não hesitando mesmo em classificar os seus frequentadores de “pobres campónios”, o que nos leva a perceber algumas opções tomadas pela Sociedade *Estoril-Plage*,<sup>121</sup> e dos difíceis equilíbrios com o Estado e lembremo-nos do que atrás se escreveu a propósito de Armando Marques Guedes quando do I Congresso Nacional de Turismo.

Em 1937 seria extinta a Comissão de Iniciativa e Turismo de Cascais, sendo substituída por uma Junta de Turismo que, em 1939, seria integrada no SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), vindo em 1944 a ser designado de Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular e Turismo. De qualquer das formas o Estoril e Cascais vão beneficiar enormemente da propaganda centralizada, conceção tendencial na época e em diferentes geografias, que por si só contribuem para uma ideia unitária e articulada, assim como para a melhoria da imagem e se tornam geradoras de grandes obras públicas, sejam elas a afirmação do caminho de ferro ou a construção da Estrada Marginal ou, sob o ponto de vista desportivo, da construção do Estádio Nacional no Jamor. Interessante é que os equipamentos do Estoril e Cascais também se adaptam bem aos novos tempos e aos novos meios de transporte, apesar da importância sempre presente do caminho de ferro. Em 1939 começa a funcionar o hidroporto de Lisboa, em Cabo Ruivo, e em 1942, o novo aeroporto de Lisboa, na Portela. Por outro lado, a ação de António Ferro em matéria de propaganda e turismo irá até muito mais longe e incidirá também na fiscalização aos serviços prestados pelas agências de viagens, na criação de postos de informações para os turistas, na fiscalização da atividade dos centros de turismo e até na fiscalização de toda a publicidade turística, incluindo reclames, filmes ou postais. Claro que toda esta ação do regime não é inócua, havendo sempre subjacente uma ideia de legitimação política e de “educar o povo”.

---

<sup>120</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, pp. 360 e 361;

<sup>121</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, p. 372;

O turismo apresentava-se assim sob uma dupla perspetiva, sempre hesitante, mas onde é criada uma espiral de desenvolvimento a partir do final da década de vinte e prolongada na década de trinta. O campo de golfe, desde logo cativando uma clientela estrangeira variada e com poder económico. Em 1929 é inaugurado o Hotel do Parque e no ano seguinte, em agosto de 1930, é a vez de ser inaugurado o Hotel Palácio, criando a primeira infraestrutura de grande dimensão, que são complementados, em 30 de setembro, com a transformação do apeadeiro do Estoril na estação terminal do *Sud-Express*, através de um acordo entre a Sociedade Estoril e a *Compagnie Internationale de Wagons-lits*, assegurando a ligação a Paris, ligação que não era simplesmente logística, mas principalmente de valor simbólico de um prestígio internacional que se identificava com o Estoril.

“O Estoril já está ligado a Paris... era indispensável que assim sucedesse, era lógico que a Cidade da Luz se pusesse em contacto com a Costa do Sol. Desde há dias que o *Sud-Express* veio até ao Estoril. Isto representa um enorme trabalho, um empreendimento resultante de porfiadas e insistentes démarches feitas por aqueles a quem estão ligados o futuro e o engrandecimento da Costa do Sol”.<sup>122</sup>

Este salto desenvolvimentista, concretizado em setembro mas anunciado em junho, indicava que uma das carruagens e um dos furgões “daquele comboio de luxo” conduziriam passageiros e bagagens diretamente do estrangeiro para o Estoril, sem a necessidade de mudança de comboio nem verificação de bagagens em trânsito.<sup>123</sup>

Por seu turno, n’*O Estoril* escreve-se que “a electrificação da linha, a construção da nova gare e estação do Cais do Sodré, o arranjo decorativo do Mont’Estoril, incluindo no Parque e no fundo verde-ferrête do Pinhal envolvente, o Casino, as Termas, o Hotel Palácio, deram à Costa do Sol, a par dum progressivo desenvolvimento, todas as condições necessárias para se transformar numa estância maravilhosa de turismo e de repouso. Quando na Gare do Quai d’Orsay vemos partir o sud-express e numa das suas carruagens *pullman* a designação Paris-Lisbonne-Estoril, a certeza imediata do que isso representa para a diplomacia turística de Portugal perante o estrangeiro, sobressai amplamente a nossos olhos”.<sup>124</sup>

O Hotel Palácio, com os seus extravagantes duzentos quartos e luxuosos salões, ao qual se seguiram os hotéis Parque, Inglaterra e Europa, unidades hoteleiras a que se juntaram outras de menor dimensão além de cafés, bares ou lojas de comércio diverso, animaram a vida do Estoril e de Cascais, conferindo-lhe um toque de cosmopolitismo. Na véspera da inauguração do Hotel Palácio, Fausto Figueiredo não descurou a publicidade, guiando ao longo de corredores e salas um conjunto de jornalistas convidados. Ao lermos as reportagens da época, são lembrados como envolvidos no projeto: o construtor

---

<sup>122</sup> CARVALHO, Cristina, *O Turismo no Estoril dos anos 30: modernidade, glamour e propaganda*, Col. Ecos da História, Lisboa, Ed. Chiado Books, 2019, p. 61, cit. ABC 1930 p. 19;

<sup>123</sup> Catálogo da exposição “A invenção do Estoril”, coord. João Miguel Henriques, Casa Sommer, Cascais, Org. Arquivo Histórico Municipal de Cascais, janeiro de 2025, p. 119;

<sup>124</sup> COSTA, Correia da, “Estoril, centro de turismo” in *O Estoril*, nº 97, de 22 de outubro de 1933, Monte Estoril, 1933;

E. Reynés, o arquiteto Raul Jourde e o arquiteto-decorador M. Fitté, ou num pormenor que não era um acaso, é referido que Fausto de Figueiredo não deixou de recorrer a uma numerosa equipa de profissionais de hotelaria francesa quando da inauguração do Hotel Palácio.<sup>125</sup> Segundo a historiadora Cristina Carvalho o hotel era a expressão do luxo à época, registando a revista *ABC* que “tudo ali dentro é bom”. No mesmo sentido se escreve no jornal *Diário de Lisboa*, em 1 de setembro de 1930, que a mesma autora transcreve:

“De hoje em diante, já podemos dizer aos estrangeiros – aos estrangeiros das mais altas categorias.

Visitem Portugal, porque além das suas incomparáveis belezas naturais, ele proporcionar-vos-há uma hospedagem confortável e não inferior ao que recebeis nos melhores “Palaces” do mundo”.<sup>126</sup>

Nesta mesma linha se junta diversa outra imprensa tecendo louvores ao clima sem rival, como o mesmo *Diário de Lisboa*, ou escrevendo que o edifício era “um grito de cor e alegria, caso do *Notícias da Costa do Sol*, ou de outros que sublinham o lado político do regime.

Ainda que pensado por Martinet, cuja primeira pedra havia sido lançada em 1916, no Pavilhão da Floresta, o Casino terá projeto de Raoul Jourde que lhe acentua as linhas modernistas, sendo inaugurado a 15 de agosto de 1931. A sua inauguração contou com duas orquestras, sendo servido jantar e estando previsto um espetáculo e um baile, para além de uma “ceia à americana” após a uma da madrugada. Certamente para evitar quaisquer contestações quanto aos casinos, era referido que a festa de inauguração decorria a favor da Assistência Nacional aos Tuberculosos. O facto de nele existir um restaurante, orquestra e dança, trazia ao Estoril os loucos anos vinte, conhecidos de Lisboa, de Espinho ou da Figueira da Foz.<sup>127</sup> Refira-se que a legislação publicada pelo Governo da Ditadura Militar em 1927 criou duas zonas permanentes de jogo, uma no Estoril e outra na Madeira, às quais se acrescentavam seis outras zonas, designadas de “temporárias”, em Espinho, na Figueira da Foz, na Praia da Rocha, na Curia, em Sintra e em Viana do Castelo.<sup>128</sup> No final da década de trinta a apreensão no Hotel Palácio era grande. A II Guerra Mundial perspetivava uma estagnação da indústria hoteleira, no entanto a guerra e a neutralidade portuguesa tornando-se uma importante rota de fuga de inúmeros refugiados tiveram um efeito contrário, não apenas para aqueles que pernoitavam no hotel, como para os muitos que ficavam

---

<sup>125</sup> MIRANDA, Luís, “Hotel Palácio – tradição e classe ao serviço do turismo internacional” in *A Zona* n.º 293 de 27 de agosto de 1998, Cascais, 1998;

<sup>126</sup> CARVALHO, Cristina, *O Turismo no Estoril dos anos 30: modernidade, glamour e propaganda*, Col. Ecos da História, Lisboa, Ed. Chiado Books, 2019, pp. 116 e 117;

<sup>127</sup> Tendo começado a funcionar em 1927, o Casino de Espinho era propriedade da Sociedade Espinho-Praia, que em 1939 criaria o Palácio Hotel, em Espinho, à época um dos mais luxuosos hotéis na zona. Quanto ao Casino, ponto de atração de portugueses, espanhóis ou ingleses, seria remodelado em 1943, nunca deixando de ser uma peça central na vida da cidade até 1974, ano em que a Solverde passa a ser a concessionária. Já na Figueira da Foz não nos esqueçamos em 1908 existiam sete Casinos, todos concentrados naquele que hoje é conhecido como o Bairro Novo, fazendo da cidade um polo de atração das classes mais abastadas. Entre eles, o Peninsular, hoje Casino da Figueira, o mais antigo da Península. Também como em Espinho, a Figueira além de portugueses atraía inúmeros espanhóis;

<sup>128</sup> Em Viana do Castelo situava-se em Santa Luzia, sendo que a concessão viria a ser transferida para a Póvoa do Varzim. Destas zonas de jogo apenas Espinho, Figueira da Foz e a Praia da Rocha vingariam;

noutras instalações hoteleiras e que recorriam ao Hotel Palácio para as suas refeições, para o convívio ou ao Casino. Em 1955 o Hotel Palácio publicitava o seu “casino, com atracções de alta categoria internacional, concertos, cinema, dancing, restaurantes e bares. Salões de jogos com roleta, banca francesa e *bacarat*”. Quanto a transportes, a mesma publicidade diz-nos que “a proximidade a Lisboa assegura as ligações com todos os países por via aérea, via marítima, e caminhos de ferro. Sud-Express Lisboa-Paris”.<sup>129</sup> Quando a primeira versão do Casino é inaugurada, em 1931, à sua gestão estavam ligados Joaquim Nunes Ereira,<sup>130</sup> Guilherme Cardim<sup>131</sup> e Armando Vilar.

Assim, no início da década de trinta, o Estoril além das termas, que continuavam a atrair visitantes, e da novidade que constituía o seu Casino, oferecia ainda um campo de golfe inicialmente com apenas nove buracos, que rapidamente foi ampliado para dezoito buracos,<sup>132</sup> em 5 km de terreno e da autoria do Conde O’Byrne, do qual era frequente-

<sup>129</sup> Publicidade, ed. Hotel Palácio;

<sup>130</sup> Nascido em Cascais, foi negociante de vinhos e explorava uma casa de jogo junto ao final da Ribeira das Vinhas. Foi sócio fundador do Clube Naval de Cascais e um dos sócios da Sociedade Arrendatária Internacional, vindo a integrar também a Sociedade de Propaganda de Cascais, da qual foi figura proeminente. Foi nomeado Diretor de Honra do Grupo Desportivo na primeira Assembleia Geral do clube, sendo hoje lembrado na toponímia de Cascais, no bairro da Torre. Faleceu em 1945;

<sup>131</sup> Cunhado de Joaquim Ereira, era dono da Tipografia Cardim, em Cascais, onde nasceu em 1939. Era Administrador da Sociedade Exploradora dos Casinos do Monte Estoril, com um papel importante na concessão da zona de jogo do Estoril e na eletrificação da linha de Cascais e foi igualmente Presidente da União Hoteleira de Portugal em representação da *Estoril-Plage*, e vogal da Comissão Internacional de Turismo, pelo que se tornou um nome incontornável associado à História da hotelaria e ao ensino profissional hoteleiro. A sua feição filantrópica levou-o a apoiar a Misericórdia de Cascais, os Bombeiros locais, para além de ter mandado construir uma capela e uma escola. É a sua ação no seu conjunto, quer como filantropo, quer como promotor turístico, quer como administrador que fazem dele uma figura de referência na História e no Turismo de Cascais, preservando hoje a sua memória numa praça sita no Bairro Marechal Carmona (in ROCHA, João Fortes, *Estoril Praia: 80 anos, 80 figuras*, s.l., Ed. Estoril Praia, 2019 pp. 77 a 79);

<sup>132</sup> O campo de golfe foi inaugurado em 31 de março 1928, mas sofreu melhorias em 1937, ainda que mantendo um percurso semelhante. Situado junto à Estrada Estoril-Bicesse, visava atrair uma clientela maioritariamente composta por ingleses, franceses e norte-americanos, por ser o “desporto predileto de milionários americanos e políticos ingleses”, com os seus defensores a destacarem a criação de postos de trabalho decorrentes da sua atividade, assim como dos benefícios para a saúde da prática desta atividade. E ainda assim, o campo de golfe só seria aberto ao público em 31 de março de 1930. A sua inauguração permitiria a breve prazo a realização do 1º Campeonato Internacional Amador de Portugal. Um artigo, inserto no jornal *A Nossa Terra*, sob o título “O rapaz do golfe” espelha o género de alguns dos colaboradores a que recorria. A diferença é que na década de trinta tal se apresentava como uma vantagem positiva, nos anos sessenta a descrição apresenta-se entre uma descrição realista e romaneada do que n’*A Nossa Terra* efetivamente acontecia. “À hora do golf, na tarde de cada sábado e na manhã de cada domingo, de Outubro a Maio, uma multidão de garotos subalimentados aglomera-se na frente dos portões de ferro da Quinta dos Ingleses. São fedelhos dos sete aos catorze anos, que envergam vestes esfiapadas, quando não rotas, e moram nos tristes casinhotos de bairros da lata. Andam descalços e, enquanto esperam, iniciam-se nos ardis do futebol com uma bola de borracha que sempre acaba por aparecer. O guarda desce a abrir o portão, e o desafio acaba. A pequena multidão une-se num bloco compacto e, de mando do guarda, dirige-se ao bar. Alguns deles, relhos no golf, têm saco certo. Conhecem as regras do jogo. (...) Também os bifes não escolhem os moços ao acaso. Dão preferência aos mais competentes (...) e aos mais arditos na pesquisa das bolas, quando estas ficam pouco visíveis devido ao tamanho avantajado da erva (...). Aqueles que se destinam a sacos certos vão postar-se afoitamente no local onde eles se encontram, aí aguardando a chegada do tutor episódico da sua bolsa exangue. Os outros esperam ansiosamente à entrada do bar (...)” – “O rapaz do golf” in *A Nossa Terra* n° 303 de maio de 1963, Cascais, 1963; Ver também “Quarenta anos de golfe no Estoril” in *Costa do Sol* n° 208 de 13 de abril de 1968, Cascais, 1968. Veja-se também o artigo “O campo de golf no parque do Estoril” que refere que até à criação deste campo “mal se praticava o golf” no nosso país, ainda que existissem três campos, mas sem as condições técnicas exigidas. Escrevia o *Diário de Lisboa* que este é “como se sabe, o desporto predilecto dos milionários americanos, dos políticos ingleses, e, de um modo geral, da sociedade elegante de todos os países onde a cultura física não é apenas um desejo platónico das federações desportivas”. Considerava aquele jornal que um bom campo era assim uma atração indispensável numa zona de turismo, trazendo vantagens para os operadores económicos locais. O mesmo jornal informa-nos que o Conselho Executivo do campo foi constituído por João Magalhães, António Mascarenhas de Menezes, José Espírito Santo Silva, Alfred Dawson, João Posser de Andrade, Francisco Freire Cabral e Lopo Cancela de Abreu. “O campo de golf no parque do Estoril” in *Diário de Lisboa* n° 2144, de 29 de março de 1929, Lisboa, 1929;

mente destacada a qualidade técnica do seu percurso, um requisito tido como fundamental na atração turística, mas também oferecendo *courts de ténis*, uma carreira de tiro e uma piscina com uma impagável proximidade ao oceano. Para quem quisesse um ambiente mais calmo e bucólico, bem perto, existia um imenso pinhal, que na verdade não só se irá reduzindo com o passar dos anos como irá perdendo a preferência face à praia até efetivamente desaparecer. Ainda assim, os seus ares saudáveis quer vindos do mar, quer do seu vasto pinhal, atraíram uma elite que tendencialmente se fixou na zona litoral ou se espalhou na linha de costa até para lá de Cascais. A este propósito, é de referir que numa pequena parte deste pinhal, situado atrás do Casino, em agosto de 1939, a Sociedade *Estoril-Plage* inaugurou um parque infantil com diversos equipamentos. É verdade que a concretização destas ideias, que muitas delas remontam ao projeto de 1914 que atrás falámos, só agora tinham condições políticas para avançar. Em 1914 havia escrito Fausto Figueiredo sobre o Estoril que idealizara, no qual daria ao turista:

“ (...) salões de gymnastica, (...) parques destinados ao recreio (...) onde possam realizar lindos passeios a pé ou a cavalo, (...) campos de *tennis*, de *foot-ball* ou de *golf*.<sup>133</sup>

A década de trinta traz ao Estoril e a Cascais a nata da alta sociedade internacional, atraída pelo seu Casino ou pelo luxo do seu Palace Hotel, caso do Príncipe Imperial do Japão. Mas também a presença de muitos espanhóis de vários estratos sociais, fugidos à guerra civil, e a partir do final da década e até após a II Guerra Mundial serão muitos os que fogem de outros países, exilados das mais diversas condições sociais. Serão refugiados das invasões nazis aos seus países, serão reis despojados dos seus tronos, serão muitos que veem na Costa do Estoril um espaço de paz no qual encontram momentos de calma e de descanso. Por aqui passam o Conde de Barcelona, futuro rei de Espanha, os reis Humberto de Itália e Carol II da Roménia, ainda que brevemente os Condes de Paris, a Grã-Duquesa do Luxemburgo, a Princesa Joana da Bulgária, os Arquidukes da Áustria-Hungria ou o príncipe Takamatsu, irmão do Imperador Hirohito do Japão que, em 1930, escolheu o Estoril para passar a sua lua de mel, o que sublinhava o caráter distintivo da zona. A *Estoril-Plage* e o Estado português esforçam-se por realçar o “bem receber” português, algo a que não é estranho também o facto de o turismo no Estoril e Cascais ser apresentado não como um turismo de massas, exceção feita às belezas do mar, Boca do Inferno incluída. Esse turismo de massas era destinado à FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), criada em 1935, e seus associados, onde predominava um turismo de culto e ideológico. Como escrevem Maria Archer e Branca de Gonta Colaço, os refúgios reais de Cascais eram os de uma elite inatingível, de uma forma de vida que nem sempre era ideologicamente compatível com o regime, apesar da vontade de António Ferro em criar uma certa “consciência turística”. Por isso também a aposta nas Ceias de Natal ou dos *reveillons* no Casino, ou o anúncio de festas e acontecimentos elegantes, quer no Hotel Palácio, quer noutros locais do Estoril.

---

<sup>133</sup> *Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, s. ed. (Tip. A Editora Limitada), 1914, pp. 71 e 72;

Paradoxalmente, num dos períodos mais negros da história da Europa, quando esta vivia os horrores da II Guerra Mundial, no Estoril e em Cascais dançava-se, faziam-se batalhas de flores, jogava-se freneticamente ou praticava-se desporto e ia-se à praia. É certo que Portugal era também ponto de refúgio e de passagem para os inúmeros perseguidos, mas essa distinção entre uma dura realidade europeia e uma quietude nacional que acentuava o caráter distintivo do Estoril.

Ao mesmo tempo, desde meados da década de trinta e numa visão mais vasta de política de massas, que se organizavam pacotes promocionais, bilhetes especiais de comboio que incluíam refeições ou alojamento, excursões que podiam incluir Sintra, Cascais ou a incontornável Boca do Inferno, ou que o Guicho começava a cativar visitantes com os seus restaurantes.<sup>134</sup> Mas este era também um turismo de “bom gosto e de moralidade”, que mesmo inadvertidamente poderia tocar a todos os que escrevessem sobre aquele local, um local onde se viam

“fatos de banho janotas, tão despidos quanto o permite a lei, veem-se os banhistas ao sol que tenteiam as audácias do nudismo, veem-se os que nadam, os que barquejam, os que namoram, os que se exibem, os que se isolam entre o tumulto. Uma praia da moda. A quem não encanta, diverte”.

Acrescentam ainda as autoras deste texto, ser zona de

“ruas amáveis, orladas de moradias garridas, (que) trepam para os cômodos do Alto Estoril e para as solidões do pinhal”,

acrescentando ainda ser a “cenografia vistosa” com as suas “ruas vaidosas, com os seus palacetes, aparato ostentoso das frontarias”, com “casas dispersas, casas perdidas, esplêndidas de isolamento, sobranceiras ao chão atapetado de caruma”. Por fim, acrescentam ser o Estoril

“o mostruário da burguesia lisboeta. Cada moradia, cada palacete, cada *chalet*, ali erigidos têm a etiqueta dum morador ou dum proprietário com situação e nome cotado e classificado no modesto caleidoscópio da vida nacional”.<sup>135</sup>

Esta imagem é complementada com uma descrição da natureza onde está presente, a “luxuriante vegetação tropical”, ou as flores “estonteantes de côr, de perfume, de profusão, flores exóticas, flores indígenas, flores rústicas, flores de luxo”, às quais se

---

<sup>134</sup> Havia variadas propostas promocionais, nem todas oriundas da Sociedade Estoril-Plage ou da Sociedade Estoril. Estas promoções podiam, na sua versão mais completa, ser constituídas por uma viagem ida e volta em comboio a partir de Lisboa, refeição no hotel Parque e estadia. Numa versão mais modesta, incluía almoço ou jantar no Hotel Parque ou no Hotel Itália, mas os preços variavam consoante se viajasse em 1ª, 2ª ou 3ª classe. Havia ainda a opção de excursões a Sintra, à Boca do Inferno ou, numa versão mais simples, à praia da Cruz Quebrada;

<sup>135</sup> COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Ed. edição fac-similada, Lisboa, ed. CM Cascais e CM Oeiras, Ed. orig. Parceria António Maria Pereira, 1943, p. 307;

acrescentam “laranjais pingados de pomos de oiro ou orlados de grinaldas nupciais, perfumadas e inebriantes”, com um “céu intenso de cor, turquesa de dia, safira de noite”. Mas atenção, porque, escrevem as autoras:

“o Estoril é o último bastião do mundanismo alfacinha na sua retirada estratégica ao longo da margem direita do Tejo e da Costa do Sol. É o último bastião do mundanismo alfacinha no momento histórico em que começam a soar, para êle, as trombetas de Jericó...”<sup>136</sup>

É nesta realidade que se inserem as batalhas de flores, divertimento muito em voga em finais do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX em diversas partes do país. É aqui, escrevia-se n’*O Estoril*, que se permitia “não haver lugar à velhice, nem à melancolia”, sendo esta uma “festa de mocidade, uma festa de alegria, (...) iluminada de sol, (...) já que a vida não é uma batalha de flores (...)”.<sup>137</sup> Argumentos que faziam dela uma festa para portugueses e estrangeiros.

O SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) primeiro, a partir de 1933, e o SNI (Secretariado Nacional da Informação) depois, a partir de 1944, deram uma particular atenção à imagem da Costa do Estoril, e ao turismo da zona, inserida na chamada “Política do Espírito”, pensada por António Ferro. A imagem do Estado Novo como expoente de modernidade era projetada no cosmopolitismo das praias, de uma Estrada Marginal defendida por Duarte Pacheco e Fausto de Figueiredo, ou no Casino, mas também na modernidade da via-férrea ou na arquitetura modernista de alguns equipamentos e infraestruturas, mesmo que isso custasse a alguns defensores do regime mais próximos do tradicionalismo. Aliás, é o próprio António Ferro quem lembra ser Salazar que “sem o complexo da inferioridade de certos governantes que hesitam em chamar às coisas os seus verdadeiros nomes, não hesitou em chamar propaganda à sua propaganda,” entendendo igualmente a importância do SPN como agente da melhoria da imagem do país e enquanto gerador de obras públicas.<sup>138</sup> Contudo, como refere Ema Cláudia Pires, “a política de informação do regime não pretendeu fazer das massas ou da opinião pública qualquer sujeito político activo, ou sequer massa de manobra a aproveitar, mas tão só objeto de inculcação de uma doutrina passivizante e redutora de conflitos sociais”.<sup>139</sup> Numa intervenção que não é inócua, a estética definida pela revista *Panorama* determinava patamares de “bom gosto”, bem visíveis nos equipamentos públicos do Estoril ainda hoje existentes, nomeadamente na coerência da linguagem das artes decorativas, mas também dos muitos equipamentos privados hoje desaparecidos, casos do mobiliário dos hotéis, de algumas fa-

---

<sup>136</sup> COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Ed. edição fac-similada, Lisboa, ed. CM Cascais e CM Oeiras, Ed. orig. Parceria António Maria Pereira, 1943, p. 308;

<sup>137</sup> “Batalha de Flores” in *O Estoril* n.º 205 de 2 de maio de 1937, Monte Estoril, 1937;

<sup>138</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, p. 97;

<sup>139</sup> PIRES, Ema Cláudia, *O baile do turismo – turismo e propaganda no Estado Novo*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2003, p.28;

chadas, onde no caso hoteleiro se pode até falar de alguma padronização. Fausto de Figueiredo desde cedo se refere a essas questões.

O Estado Novo adota estas questões do “bom gosto”, de resto inseridas numa campanha gizada por António Ferro e materializada em inúmeras pousadas, hotéis ou restaurantes, visava erradicar o “mau gosto dominante” ou, como escreve José Guilherme Victorino “por vezes confundido mais com factores de atraso e de negligência, do que com opções estéticas concretas – como, através de uma aliança entre arte popular e a arte erudita, lançando as bases para a afirmação de um estilo oficial de matriz nacionalista”. Acrescenta ainda José Guilherme Victorino que tal seria uma eventual antecâmara para a afirmação do turismo e da tal “sala de visitas” que se materializa na “Política do Espírito” de Ferro.<sup>140</sup> É evidente que esta ideia de “sala de visitas” não pode ser dissociada tanto das campanhas de “bem receber” de António Ferro, como da melhoria de infraestruturas, sejam elas a limpeza, as estradas ou os caminhos de ferro.

Apesar da dedicação de Fausto de Figueiredo à via-férrea e ao turismo não pensemos que a sua ação se cingia a tal. Quando da cerimónia de inauguração da Estação do Cais do Sodré, em 1928, não deixou de sublinhar a importância que assumia para o turismo quer a necessidade de melhoramentos nas estradas do concelho ou a construção da Estrada Marginal, assunto em que encontrou em Duarte Pacheco um apoio significativo. A questão da Marginal, construída em algumas zonas sobre o traçado da antiga Estrada Real, prolongou-se entre 1933 quando o governo, através de Duarte Pacheco, convidou o engenheiro francês Alfred Agache, um dos fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas, a proceder a um estudo preliminar de urbanização da zona entre Lisboa e Cascais, incluindo o Estoril, e o início da década de quarenta, com a estrada a ser integrada no Plano dos Centenários em 1940, ainda que tenha sido dada como oficialmente como concluída em 26 de junho de 1942. De sublinhar que entre 1937 e 1939 se acelerou a construção da Marginal, e que Fausto de Figueiredo e o Estoril encontraram em Duarte Pacheco um apoiante desde a primeira hora. Paralelamente, embora os estudos de Agache venham a ser recusados, virá a nascer o Plano de Urbanização da Costa do Sol em meados da década de trinta, onde são significativas as profundas alterações urbanas que também incluíam Lisboa, tornando esta “digna, com a Costa do Sol, a ser a sala de recepção de um país com turismo”.<sup>141</sup> A construção desta estrada teve bem mais consequências do que a simples mobilidade de pessoas e bens, já que à filosofia do projeto original estava também associada a renovação total da paisagem turística da zona a ocidente de Lisboa, e que afetará todo o eixo de Lisboa a Cascais. Por sugestão da Comissão de Propaganda de Cascais, esta vila conhece alguma renovação, nomeadamente mudanças no mercado, repavimentação de algumas vias, quer da vila, quer no troço

<sup>140</sup> VICTORINO, José Guilherme, *Propaganda e Turismo no Estado Novo: António Ferro e a Revista Panorama 1941/1949*, Lisboa, Ed. Aletheia, 2018, pp. 252 a 256;

<sup>141</sup> CARVALHO, Cristina, *O Turismo no Estoril dos anos 30: modernidade, glamour e propaganda*, Col. Ecos da História, Lisboa, Ed. Chiado Books, 2019, p. 69, cit. *Diário de Lisboa* de 20 de novembro de 1935;

Cascais-Guincho, sublinhando-se o seu lado rústico e tradicional por contraponto à modernidade do Estoril, apostando na sua arquitetura, nos seus serviços e no embelezamento dos seus espaços para cativar o turista. É verdade também que Duarte Pacheco defendia o melhorar e embelezar por alternativa ao arrasar por completo, a fim de manter “as construções simples” das ruas estreitas, dos pátios e becos que impressionavam os turistas.





Prova de ciclismo organizada pelo Grupo Desportivo Estoril Praia no topo do jardim do Casino do Estoril. Ao fundo pode-se ver as termas e o hotel Palácio, 1941

AHMCSC/AASS/GDEP/B/008/118